



Universidade de Brasília

Curso de Gestão de Políticas Públicas

LETÍCIA LOPES RODRIGUES DE SOUZA

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DIGITAL NO BRASIL:
análise das comunidades para discussão da Reforma Política
no e-Democracia**

Brasília – DF

2015

LETÍCIA LOPES RODRIGUES DE SOUZA

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DIGITAL NO BRASIL:
análise das comunidades para discussão da Reforma Política
no e-Democracia**

Monografia apresentada ao
Departamento de Gestão de Políticas
Públicas como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Doutora
Christiana Soares de Freitas

Brasília - DF

2015

LETÍCIA LOPES RODRIGUES DE SOUZA

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DIGITAL NO BRASIL:
análise das comunidades para discussão da Reforma Política
no e-Democracia**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da aluna

Letícia Lopes Rodrigues de Souza

Doutora, Christiana Soares de Freitas

Professora-Orientadora

Doutora Magda de Lima Lúcio,
Professora-Examinadora

Doutor Marcos Francisco Urupá,
Professor-Examinador

Brasília, 10 de dezembro de 2015.

Souza, Letícia Lopes Rodrigues de.

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DIGITAL NO BRASIL: análise sobre as comunidades para discussão da Reforma Política no e-Democracia. – Brasília: Gestão de Políticas Públicas, 2015.

71 p.

Monografia – Universidade de Brasília, Gestão de Políticas Públicas, 2015.

Orientadora: Prof. Dra. Christiana Soares de Freitas.

1. Sociedade em Rede. 2. Participação política digital. 3. e-Democracia.
4. Democracia participativa.

Dedico este trabalho aos meus pais, Concórdio e Márcia, ao meu irmão Alexandre e ao meu namorado Tiago, por sempre estarem ao meu lado e compartilharem comigo todas as alegrias da vida.

AGRADECIMENTO

Em especial a Deus por estar ao meu lado todos os dias e ter me dado persistência para realizar este trabalho e concedido graças para que durante o percurso dos estudos tudo fosse realizado com sabedoria, disciplina e principalmente muita fé.

Agradeço a minha família por todo o apoio, compreensão e ajuda para que eu concluísse essa etapa da minha vida.

Um agradecimento especial à mãe que contribuiu cariosamente com as literaturas e conselhos sobre o trabalho, fazendo isso com a dedicação que só ela tem.

Ao meu namorado, Tiago, por sempre estar ao meu lado, por ter tido toda a paciência, compreensão e carinho comigo durante esse momento.

À minha orientadora, Dra. Chistiana Soares de Freitas, pela paciência, dedicação e disponibilidade para as atividades de orientação. Sua experiência profissional e ensinamentos foram fundamentais para a o alcance dos objetivos desse trabalho.

À equipe do e-Democracia, especialmente ao Walternor, por todo o auxílio e disponibilidade.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho busca identificar as características dos participantes da proposta de Emenda à Constituição sobre a Reforma Política debatido em 2013 e 2015 por duas comunidades do portal e-Democracia, da Câmara dos Deputados. Os objetivos propostos foram: verificar o perfil socioeconômico dos participantes das comunidades sobre a Reforma Política, identificar o perfil político participativo dos respondentes e verificar a percepção dos participantes quanto a sua representatividade nos espaços de debate. Trata-se de uma pesquisa descritiva e quantitativa, na qual foram aplicados questionários *online* como os participantes das comunidades em questão. Com os resultados obtidos foi possível observar que o perfil dos participantes é bastante diversificado no quesito nível de renda. Já em itens como gênero e raça essa pluralidade não ocorreu. Quanto ao perfil político dos participantes constatou-se que as maiorias dos respondentes afirmam não participar de nenhum movimento social, organização ou partido político. Notou-se também que muitos consideram o e-Democracia uma ferramenta digital efetiva. Entretanto, alguns se mostraram insatisfeitos com a sua representatividade no espaço digital, pois afirmam que suas colaborações não foram atendidas durante a elaboração da proposta de Lei sobre a Reforma Política. Revelou-se também a necessidade de divulgação da ferramenta e uma maior atenção dos parlamentares às propostas elaboradas pela sociedade.

Palavras-chave: Sociedade em Rede. e-Democracia. Democracia Participativa. Participação Política Digital

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página inicial do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados.....	29
Figura 2– Categorias de Análise.....	34
Figura 3 – Resultado do Gênero	35
Figura 4 - Resultado da Raça/Cor/Etnia	36
Figura 5 - Proporção de Domicílios Com Microcomputador que Não Possuem Acesso à Internet, por Sexo do/a Chefe do Domicílio, segundo Cor/Raça do/a Chefe e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 2006 a 2013.....	37
Figura 6 - Resultado da Idade.....	39
Figura 7- Resultado do grau de escolaridade.....	39
Figura 8 – Resultado da Renda dos participantes	40
Figura 9 - Lista de Movimento Social/Organização/Partido Político.....	44
Figura 10 - Resultado divulgação do portal e-Democracia	45
Figura 11 - Resultado de há quanto tempo o respondente conhece o portal.....	45
Figura 13 – Resultado sobre a influência das eleições de 2014.....	46
Figura 14 – Resultado sobre a influência das manifestações de 2013.....	47
Figura 15 - Respostas sobre a importância das contribuições para a Reforma Política	49
Figura 16 - Resultado da Análise de Conteúdo	51
Figura 17 - Resultado da análise de conteúdo	53
Figura 18 - Avaliação dos participantes.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Avaliação dos participantes do portal	57
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Formulação do Problema	14
1.2. Objetivos Gerais.....	16
1.3. Objetivos específicos	17
1.4. Justificativa	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1. Sociedade em Rede	19
2.2. Democracia Representativa.....	21
2.3. Democracia Deliberativa.....	21
2.4. Democracia Participativa	24
2.5. Participação Política Digital.....	25
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	28
3.1. Caracterização da organização, setor ou área do objeto de estudo.	28
3.2. Estudo de caso.....	31
3.3. Tipo e descrição geral da pesquisa.....	32
3.4. Participantes do estudo.....	33
3.5. Caracterização do Instrumento de pesquisa e coleta de dados	33
4. RESULTADO E DISCUSSÃO	35
4.1. Importância da participação política segundo os cidadãos.....	48
4.2. Avaliação do e-Democracia segundo seus participantes	55
5. CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICE.....	68
Apêndice A- Questionário utilizado na pesquisa.	68

1. INTRODUÇÃO

As práticas democráticas participativas atuais caracterizam-se pelo uso intenso das tecnologias de informação e comunicação (TIC's). Os recursos tecnológico-informacionais são importantes artifícios utilizados para estimular e aproximar a população dos processos políticos e do processo de tomada de decisões.

No início do século XXI, a revolução tecnológica e informacional começou a impulsionar mudanças sociais no mundo inteiro, alterando, assim, práticas nas mais diversas esferas do Estado, da economia e da sociedade, gerando relações de interdependência global. O sistema de comunicação passou a incorporar as possibilidades de um diálogo digital, promovendo a interação mundial de seus usuários, permitindo a propagação de culturas, práticas, identidades e pensamentos (Castells, 1999).

Assim, o capitalismo passa por

um processo de profunda reestruturação, caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas (...); intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade (...) (CASTELLS, 1999, p. 39 e 40).

Para Castells, o novo paradigma tecnológico-informacional concretiza práticas de produção e comunicação que ocorrem após a década de 1970, primeiramente nos Estados Unidos. A revolução tecnológica se estende por várias culturas e países, “em todos os tipos de aplicações e usos que, por sua vez, produziram inovação tecnológica, acelerando a velocidade e ampliando o escopo das transformações tecnológicas bem como diversificando suas fontes” (CASTELLS, 1999, p. 44).

Esse avanço cultural tecnológico também é visto no Brasil, com destaque ao setor público, onde o Estado passou a ter a necessidade de estabelecer novas relações entre governo e sociedade.

O uso das novas práticas digitais, ganhou destaque nas atividades públicas após o grande sucesso desse novo modelo no meio privado, onde o uso desses recursos já havia destaque há muito tempo. De acordo com Fresneda (1998), no setor privado foram observadas mudanças significativas durante o seu desenvolvimento, principalmente no quesito produtividade, inovações e redesenho de negócios. Fresneda (1998) observou também a

agilidade com que ocorreram as mudanças de orientação perante os modelos organizacionais existentes permitindo, assim, a abertura para novos modelos organizacionais.

Fountain (2005) aborda esse novo modelo de gestão, com base nas tecnologias de informação e comunicação, que viria a aprimorar o modelo burocrático weberiano, como uma possibilidade para aperfeiçoar a burocracia, ou seja, sendo uma oportunidade para uma maior racionalização, padronização e melhoria no uso dos sistemas de regras. Dessa forma, acredita-se que “a tecnologia poderá ser adotada para facilitar a colaboração, o compartilhamento de informações e o aperfeiçoamento da comunicação” (FOUNTAIN, 2005, p.95).

Assim, o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público ocorreu de forma estratégica, tanto internamente quanto na prestação dos serviços à sociedade, motivados principalmente pelo uso de TICs por grande parte dos cidadãos, empresas privadas e organizações não governamentais. A sua implementação pode ser associada à necessidade de modernização do Estado e ao objetivo de alcançar maior eficiência do governo, conforme afirma Diniz *et al.* (2009).

Para que tais medidas acontecessem, anos antes, no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, ocorre a Reforma do Estado, ou seja, devido à crise do Estado e à necessidade de reorganiza-lo, o Estado se vê obrigado a mudar. Dessa maneira, a reforma focou na mudança do modelo burocrático para o modelo gerencial, influenciada pelas ideias do *New Public Management* (CHAHIN *et al.*, 2004).

A reforma do aparelho do Estado surge com o objetivo de:

(1) tornar a administração pública mais flexível e eficiente; (2) reduzir seu custo; (3) garantir ao serviço público, particularmente aos serviços sociais do Estado, melhor qualidade; e (4) levar o servidor público a ser mais valorizado pela sociedade ao mesmo tempo que ele valorize mais seu próprio trabalho, executando-o com mais motivação (BRESSER PEREIRA, 2001, p. 11).

À vista disso, com as novas possibilidades existentes a partir do uso significativo das TICs e da Reforma do Estado, surge no Brasil o Governo Eletrônico¹, que começou a ser

¹ O termo Governo Eletrônico, trata-se do desenvolvimento de programas que tem como princípio a utilização das modernas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais. Conforme trecho extraído de: <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2015.

desenvolvido a partir de 1999, apesar de em 1993 algumas agências governamentais já estabelecerem sites na Internet. Em 2000 foi estabelecido, por decreto presidencial, o Grupo de Trabalho Interministerial de Tecnologia de Informação, que teve grande responsabilidade perante a política de governo que almejava a criação de uma sociedade digital.

Outro avanço que ocorreu nesse mesmo ano foi a criação do Comitê Executivo do Governo Eletrônico (Cege), chefiado pelo então Ministro Chefe da Casa Civil (CHAHIN *et al.*, 2004).

Além disso, pretendeu-se com o desenvolvimento do Governo Eletrônico a transformação das relações do Governo com os cidadãos, empresas e também entre os órgãos do próprio governo de forma a aprimorar a qualidade dos serviços prestados; promover a interação com empresas e indústrias; e fortalecer a participação cidadã por meio do acesso a informação e a uma administração mais eficiente.²

Assim, durante esse período, já havia a proposta de estabelecer a cultura digital com foco no cidadão, a melhoria na qualidade dos serviços públicos, a transparência e a simplificação de processos, conforme afirma Chahin *et al.* (2004).

Apesar de iniciada nos anos 90, é no período atual que observamos um fomento do tema e os resultados à disposição da sociedade brasileira. São observadas modificações de uma cultura estritamente burocrática para uma cultura mais flexível e informatizada, com possibilidades de maiores mecanismos de acesso à informação e ao conhecimento, ações mais transparentes e o aumento da responsabilização de políticos e servidores públicos.

Para Rover (2008), a sociedade passou a ser mais complexa, tendo a informação como motor das transformações. Caracteriza-se como uma sociedade em rede cujo:

uso intensivo da tecnologia da informação em forma digital tem proporcionado a superação das estruturas administrativas hierarquizadas e verticalizadas em direção a relações de poder horizontalizadas (ROVER, 2008, p. 1).

Assim, é por meio dessa nova forma de comunicação que observamos o advento da sociedade em rede ou sociedade da informação, que abre espaço para uma maior participação democrática, ou seja, por meio da internet, a sociedade tem maiores oportunidades para realizar participações, discussões e maior contato com ações públicas.

² Conforme trecho extraído de: <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2015.

1.1. Formulação do Problema

Segundo pesquisa do IBGE³, o Brasil vivenciou nos últimos anos o aprimoramento do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs), principalmente pelo crescimento do número de usuários da internet. Dados de 2013 indicam que quase metade da população brasileira, 49,4% dos brasileiros possui acesso à internet.

Além da internet, presenciamos o desenvolvimento e a massificação das infraestruturas de telecomunicações, bem como a influência das TICs sobre a mídia, que tiveram que reconfigurar sua maneira de disseminar a informação, isto é, além da informação em papel passaram a usar mídias eletrônicas e serviços online (DINIZ *et al.*, 2009, p.24). Segundo Prado,

A popularização da Internet colaborou para promover uma revolução nos meios de informação. A rapidez, facilidade de acesso e a enorme disponibilidade de informações deram início a uma Era da Informação (PRADO, 2009, p. 15).

Diante desse constante crescimento digital e das transformações no Estado brasileiro nas últimas décadas, o Estado passou a ter a necessidade de estabelecer novas relações entre governo e sociedade, criando novas práticas para aperfeiçoar a relação com os cidadãos no ambiente digital.

Conforme afirma Diniz *et al.* (2009), o governo eletrônico passa a ser o termo utilizado pela informatização das atividades governamentais, com foco na melhoria dos serviços públicos, na transparência, na aproximação do governo ao cidadão. Assim, por meio das TICs, o Estado aperfeiçoou suas atividades internas e a forma de comunicação com o público externo (PINHO, 2008).

Para Abranson e Means (2001, *apud* Barbosa, Faria e Pinto, 2005), o governo eletrônico pode ser compreendido como umas das principais formas de modernização do Estado, visto que o governo passa a alterar a sua forma de interação com a sociedade, com as empresas e demais governos, utilizando novas tecnologias na prestação de seus serviços públicos.

Conforme Pinho (2008), o uso das tecnologias no governo não deve ser apenas compreendido como a disponibilização dos serviços online, mas sim, pela sua extensa possibilidade de trocas entre governo e sociedade, ou seja, a sua facilidade de realizar uma

³ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93373.pdf>. Acessado em: 19/08/2015

maior interação, comunicação, participação e transparência entre Estado e sociedade, permitindo o aumento do seu potencial democrático.

O governo eletrônico, muito embora esteja marcado na sua fase atual pelo desenvolvimento de sistemas relativos ao provimento de serviços, aponta também, ainda que de forma subjacente, para uma possibilidade de extensão da esfera do Estado propícia a uma maior permeabilidade à cidadania (...) (RUEDIGER, 2002, 25).

Rover (2008) evidencia que os novos meios tecnológicos vão além das mudanças aos tradicionais meios políticos, pois inserem um contexto mais próximo da realidade do cidadão, promovendo e fomentando a participação, incluindo os grupos minoritários. Viabiliza, ainda que potencialmente, a representatividade direta dos interesses e opiniões dos cidadãos.

Sob essa perspectiva, observamos o cidadão, dentro de uma sociedade dotada de conhecimento, em que a informação é seu principal poder. Price⁴ (2005, p. 55) define a sociedade do conhecimento como "um estágio de desenvolvimento social caracterizado pela capacidade de seus membros de obter e compartilhar qualquer informação instantaneamente, a partir de qualquer lugar e em qualquer forma".

A sociedade da informação é outro conceito criado para explicar a relação social com as TICs. De acordo com Guevara⁵ (2000 p. 7), "a sociedade da informação refere-se a sistemas sociais de inter-relação e interação supra e transnacionais entre atores que utilizam TIC para gerar processos econômicos, comunicacionais, políticos e culturais no âmbito mundial".

Dessa maneira, o cidadão passa a ser um importante fator para os governos na busca de afirmar sua legitimidade nas práticas democráticas (MARQUES, 2008), ou seja, a participação social passa a ser vista como essencial para os governos.

Assim, o governo, ao envolver o cidadão no processo decisório, permite a realização de ações mais próximas da real necessidade e do verdadeiro anseio dos cidadãos, realizando uma democracia mais próxima da sociedade, ou seja, uma democracia participativa (NOGUEIRA, 2007).

⁴ Original: "un estadio de desarrollo social caracterizado por la capacidad de sus miembros de obtener y compartir cualquier información instantáneamente, desde cualquier lugar y en la forma que se prefiera".

⁵ Original: "el concepto de *Sociedad de la Información* se refiere a sistemas sociales de interrelación e interacción supra- y transnacionales entre actores que utilizan TIC para generar procesos económicos, comunicacionales, políticos y culturales, en un ámbito mundial".

Norris (2000) apresenta a questão da abertura de oportunidades, através da Internet, para aqueles que não têm voz na política, ou seja, por meio da Internet o cidadão poderá adquirir um maior engajamento cívico e uma maior mobilização política. Entretanto, considera que as oportunidades políticas adquiridas via Internet podem alcançar apenas aqueles que já estavam envolvidos, isto é, um pequeno grupo da sociedade, os formadores de opinião, os cidadãos já ativos no processo político, podendo não obter “uma mudança significativa em termos políticos, mas um fortalecimento das estruturas vigentes” (AMARAL, 2010, p.114).

Dessa maneira, à luz dessas informações, o presente estudo irá investigar quem são os participantes do processo de participação política digital no parlamento brasileiro, especificamente, na Câmara dos Deputados, por meio do portal e-Democracia.

Além disso, interessa identificar o perfil socioeconômico dos participantes do portal e-Democracia na construção da proposta de Emenda à Constituição sobre a Reforma Política, com o intuito de averiguar e conhecer os seus participantes, suas motivações para participação e interesses políticos.

Dessa forma, procura-se observar se todas as classes sociais estão sendo representadas, se há representantes de todos os estados brasileiros, considerando também quantos participam de movimentos sociais ou de organizações e partidos políticos, com o propósito de identificar os grupos de interesse envolvidos nos debates, além de outras informações importantes. Por meio dos resultados obtidos com a pesquisa, tem-se como propósito último verificar a adoção – ou não – de práticas políticas digitais democráticas nos meios disponíveis no Brasil para esse fim.

1.2. Objetivos Gerais

O presente estudo visa identificar as características dos participantes da proposta de Emenda à Constituição sobre a Reforma Política em duas comunidades do e-Democracia criadas para tanto.

1.3.Objetivos específicos

- Verificar o perfil socioeconômico dos participantes das comunidades sobre a reforma política;
- Identificar o perfil político participativo;
- Verificar a percepção dos participantes quanto a sua representatividade nos espaços de debate;

1.4.Justificativa

Com o surgimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), com a popularização da Internet e conseqüentemente sua influência no setor privado e público, surge, no meio acadêmico, a necessidade de pesquisar e debater esse novo paradigma tecnológico-informacional das sociedades contemporâneas.

Assim, diante de sua grande influência, observa-se a capacidade das TICs na ampliação das possibilidades democráticas; afinal, possuem a capacidade de modificar a forma de interagir de comunicação entre as pessoas, criando novas formas para a configuração institucional de potenciais reformas democráticas, conforme explica Fishkin (2002).

Para Maia (2002), as TICs permitem também a comunicação e o diálogo de diferentes pessoas e grupos sociais, por meio de diferentes vínculos virtuais e principalmente por canais de comunicação similares, facilitando, assim, a interação e a troca de informações pela sociedade como um todo. Além disso, a autora destaca a facilidade da Internet no ambiente político, pois esse simplifica os custos da participação política; ademais, proporciona um novo meio de interação, onde os cidadãos e os políticos podem trocar “informações, consultar e debater, de maneira direta, contextualizada, rápida e sem obstáculos” (MAIA, 2002, p. 47).

À vista disso, o presente estudo justifica-se por procurar identificar o perfil socioeconômico dos participantes no Fórum da Reforma Política desenvolvido pelo Portal e-Democracia da Câmara dos Deputados, e com isso verificar se a democracia participativa realmente ocorre, ou seja, se os cidadãos influenciam no processo de tomada de decisão e se a participação dos cidadãos no fórum realmente pode ser considerada democrática.

Assim, o estudo será de grande importância para compreender o perfil dos participantes e quais os grupos de interesse que atuam e colaboram para o processo de elaboração de leis no país. Também será relevante verificar a opinião desse grupo quanto à efetividade de sua participação.

Além de tudo, acredita-se que a pesquisa irá enriquecer e contribuir para a propagação da democracia participativa no Brasil, bem como, fomentar a importância dos cidadãos e de suas opiniões para o Estado. Dessa forma, engrandecerá o conhecimento da sociedade, dos estudantes e dos profissionais nas mais diversas áreas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Sociedade em Rede

A sociedade em que vivemos encontra-se em um processo de constante mudança. A primeira revolução industrial foi caracterizada pela invenção das máquinas a vapor e a criação das primeiras indústrias, em que se observou uma drástica mudança dos meios tradicionais e artesanais de produção da época. Já durante a segunda revolução industrial, ocorre o advento da eletricidade como fator modificador dos meios de produção. A terceira revolução industrial é, segundo pesquisa do IBGE⁶, caracterizada pelo uso de recursos tecnológico-informacionais (SANTOS e CARVALHO, 2009).

À vista disso, ainda segundo os autores, trata-se de uma sociedade transitória do modo industrial para o informacional, sendo assim, considerada uma Sociedade em Rede. Ou seja, o uso da informação e do conhecimento é o motor para geração de riquezas e reprodução do modo de produção capitalista.

Assim, Castells (1999) utiliza o termo Sociedade em Rede para demonstrar que a sociedade atual informacional está unida por meio de redes, caracterizada como

estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro de redes, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (...). (CASTELLS, 1999, p. 566).

De acordo com Tellaroli e Albino (2007), a sociedade atual vem passando por diversas modificações, mais em especial pelo surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação que transformou os meios comunicacionais por meio do uso da Internet, alterando a produção e transmissão de informações.

Siqueira (2003, p. 1) interpreta esse novo período, como um novo paradigma informacional:

Vivemos em uma sociedade, na qual, a presença das novas tecnologias de informação, comunicação e entretenimento é cada vez maior, e com elas, os conceitos de informação, conectividade e interatividade. A informação, crescendo continuamente, predomina sobre a energia, e a imagem de representação é dada pelo computador, ao invés de turbinas, silos ou os chaminés das fábricas.⁷

⁶ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93373.pdf>. Acessado em: 19/08/2015

⁷ Artigo publicado no Jornal "A Razão" em 10/12/2003. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/informacional.html> Acessado em: 22/09/2015

Para Junior *et al.* (2002), a Sociedade da Informação é uma etapa do desenvolvimento social caracterizado pela aptidão dos cidadãos, empresas e administração pública de obter e compartilhar informações, de qualquer lugar e de maneira adequada.

Portanto, estamos diante de um novo paradigma social, em que a informação passa a ser o centro do poder da sociedade capaz de promover a interação dos cidadãos e dessa forma desenvolver o relacionamento entre as pessoas no mundo inteiro. Afinal, conforme afirma Moore (1999) a informação, em diversos países, já exerce o papel crescente na vida econômica, política, social e cultural. Dessa maneira, Castells afirma:

A primeira característica do novo paradigma é que a informação é sua matéria-prima: são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores. O segundo aspecto refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias. Como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico. (CASTELLS, 1999, p.78)

Silva, Correia e Lima (2010, p. 216) identificam que a “crescente evolução dos elementos tecnológicos na sociedade capitalista tem revolucionado significativamente o modo de viver, pensar, agir e comunicar, alterando radicalmente a estrutura da sociedade baseada nos moldes tradicionais de produção”.

Moore (1999, p. 94 e 95) caracteriza a informação na sociedade atual como, primeiramente, um importante recurso econômico, pois destaca o seu uso “para aumentar sua eficácia, sua competitividade, estimular a inovação e obter melhores resultados, melhorando, na maioria dos casos, a qualidade dos bens e serviços que produzem”. Em segundo lugar, a importância da informação pelos usuários públicos, pois esses o utilizam no exercício dos seus direitos e na responsabilidade cívica, além de incluir o seu uso nas áreas como educação, saúde e até na cultura, permitindo assim, a utilização das tecnologias de maneira mais ampla. E por último, “a terceira característica das sociedades da informação é o desenvolvimento de informação na economia que tem como função satisfazer a demanda geral de meios e serviços de informação”, serviços em áreas de infraestrutura tecnológica, ou seja, no desenvolvimento de telecomunicações e computadores, além das áreas provedoras de conteúdos informativos.

Ferreira (2003) destaca as novas responsabilidades adquiridas pelos atores sociais com o advento da sociedade informatizada, onde esses passam a ter o dever de tornar constante o

fluxo de informação, transmitindo novos conhecimentos e auxiliando na tomada de decisão para todas as instâncias da sociedade e do Estado. Dessa maneira,

a informação no contexto do Estado está voltada para a análise da realidade social e subsequente elaboração, aplicação e controle de políticas públicas que promovam o bem-estar da coletividade.

Para a sociedade civil, o acesso à informação tem como propósito desenvolver o potencial criativo e intelectual dos indivíduos; entreter; dar sentido às ações dos homens no cotidiano; tornar públicas as proposições políticas e decisões que, tomadas na esfera do Estado, têm reflexos diretos sobre a qualidade de vida das populações (FERREIRA, 2003, P. 37).

Com isso, novas formas de democracia são desenvolvidas, possibilitando ir além da representatividade, permitindo a sociedade valores e contribuições que vão além do voto, dentre elas estão a deliberativa e participativa.

2.2. Democracia Representativa

Bobbio (1986, p. 44) afirma que a denominação de democracia representativa poderia ser compreendida genericamente: “as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade”.

Dessa forma, o papel dos cidadãos, na democracia representativa, é eleger seus representantes por meio de participações eleitorais, praticando a democracia por meio do voto ao escolher indivíduos para lhe representar nas arenas legislativas, conforme destaca Faria (2012).

Lüchmann (2007a, p.139) destaca que o modelo representativo está “ancorado na ideia de que as decisões políticas são derivadas das instâncias formadas por representantes escolhidos por sufrágio universal (...) o ponto alto da participação política ocorre no contexto do processo eleitoral”.

2.3. Democracia Deliberativa

A democracia deliberativa desenvolve-se a partir da fragilidade do modelo da democracia representativa, especialmente com a redução de legitimidade do processo decisório eleitoral, pelos questionamentos acerca de representação democrática e pelo caráter individual, competitivo da formação de preferências (LÜCHMANN, 2007a; FERREIRA, 2010; SANTIN E MATOS, 2013).

Miguel (2003, p.124) apresenta algumas características da crise do modelo de representação política em que para ele se sustenta no: “declínio do comparecimento eleitoral,

à ampliação da desconfiança em relação às instituições, medida por *surveys*, e ao esvaziamento dos partidos políticos”.

Outro ponto que ganhou destaque e que conferiu vulnerabilidade ao modelo representativo foi a crescente força adquirida pelos debates sobre a sociedade civil e seu papel no processo de democratização da sociedade, conforme destaca Lüchmann (2007b).

Assim, a democracia deliberativa é apresentada por alguns autores como um complemento a democracia liberal. Faria (2012, p. 49) afirma que os autores que apresentam o pensamento deliberativo como forma de democracia acreditam na “necessidade de envolver os cidadãos em discussões sobre políticas públicas, de forma a garantir participação igualitária, respeito mútuo e o desenvolvimento de argumentos racionais durante o debate”.

A noção de democracia deliberativa, segundo Gutmann e Thompson (2007, p. 18), afirma “a necessidade de justificar decisões tomadas por cidadãos e seus representantes”, pois considera imprescindível para esse tipo de democracia a justificativa de seus representantes quanto a decisões tomadas e sua resposta às demandas determinadas pelos cidadãos, permitindo, assim, a abertura de diversos espaços e formas de tomada de decisões. Em relação a isso, Faria (2012, p.51) destaca que “os autores deliberativos defendem a publicidade ampla das justificações e também das informações gerais disponíveis no sistema público que permitam à sociedade acompanhar e participar do processo de justificação”.

Dessa maneira, Gutmann e Thompson destacam algumas características da democracia deliberativa. Segundo os autores, a primeira trata da exigência de justificação. A segunda da acessibilidade dos cidadãos aos motivos do processo de deliberação. A terceira afirma que a produção da decisão é vinculante por período de tempo. E por último, que a deliberação é um processo dinâmico.

Ao combinarmos essas quatro características, podemos definir a democracia deliberativa como uma forma de governo na qual cidadãos livres e iguais (e seus representantes) justificam suas decisões, em um processo no qual apresentam uns aos outros motivos que são mutuamente aceitos e geralmente acessíveis, com o objetivo de atingir conclusões que vinculem ao presente todos os cidadãos, mas que possibilitam uma discussão futura (GUTMANN E THOMPSON, 2007, p. 23).

Ainda sob essa perspectiva, Gutmann e Thompson (2007, p. 26) salientam que “o objetivo geral da democracia deliberativa é fornecer a concepção mais justificável para lidar com a dissonância moral da política”; diante disso, enumera algumas subcategorias, em que a democracia deliberativa procura: alavancar a legitimidade das decisões coletivas; incentivar

as perspectivas públicas sobre assuntos públicos; proporcionar processos bilateralmente responsáveis de tomada de decisão; e auxiliar na correção de possíveis erros cometidos pelos cidadãos e pelos prestadores de serviços públicos durante as tomadas de decisões coletivas.

Faria (2000) afirma que a teoria democrática deliberativa é caracterizada pela contribuição dos indivíduos ao processo de decisão do governo por meio de canais que permitam o debate e a negociação entre os envolvidos, possibilitando o processo de comunicação e, assim, a formação de ações que atendam a vontade dos cidadãos.

Ademais, busca constituir um ideal de legitimidade política. Por isso, a existência de canais de comunicação, como fóruns, arenas e esferas públicas, é essencial para a participação pública.

Além disso, são importantes canais que proporcionam ao cidadão a abertura de espaços para ouvir e responder demandas coletivas, além de garantir esferas que permitem a justificação de leis e políticas públicas, por parte das instituições públicas. Dessa forma, estimula a interação argumentativa entre os participantes, abrindo espaço para debate de opiniões, propostas e posições coletivas dos cidadãos, conforme destaca Vieira e Silva (2013).

Com tal característica, Faria (2012, p.48), observou que “a ideia de democracia deliberativa aplicada às coisas públicas prevê a participação efetiva no processo de tomada de decisão”.

Habermas (1984, apud Faria, 2012) foi um dos principais autores a apresentar a teoria de democracia deliberativa e determina a importância do uso democrático das esferas públicas para gerar maior interação entre a sociedade e o Estado, além de permitir e facilitar a colaboração e a influência dos cidadãos no processo deliberativo de tomada de decisões.

O autor enumera algumas condições para que ocorra a democracia deliberativa. Um dos critérios é a necessidade do cidadão ter capacidade de demonstrar suas ideias e ser capaz de criticar a dos outros.

Dessa forma, observa-se um conjunto de fatores importantes para a ocorrência de uma democracia deliberativa; são fatores que garantem ótimas condições de deliberação, com destaque a forma de organização do processo de debate e a elaboração do seu conteúdo, para que prevaleça a qualidade dos argumentos, opiniões e propostas para a obtenção de melhores

resultados do processo deliberativo, além do desenvolvimento de ações que facilitem a prática igualitária e justa de representação durante o seu processo (FARIA, 2012).

Portanto, a democracia deliberativa constitui-se:

como processo de institucionalização de espaços e mecanismos de discussão coletiva e pública, tendo em vista decidir o interesse da coletividade, cabendo aos cidadãos reunidos em espaços públicos a legitimidade para decidir, a partir de um processo cooperativo e dialógico, as prioridades e as resoluções levadas a cabo pelas arenas institucionais do sistema estatal (Lüchmann, 2007b, p. 186).

À vista disso, observa-se “a tentativa de incluir nas discussões públicas aqueles que normalmente não têm voz em práticas deliberativas, reduzindo-se desigualdades de participação” (FARIA, 2012, p. 55).

2.4. Democracia Participativa

Rousseau é um dos principais pensadores que defende a participação. É o criador da teoria da democracia participativa que acredita na “participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisão” (PATEMAN, 1992, p.35), além disso, considera a participação um dos principais mecanismos de inter-relação contínua dos cidadãos com as instituições públicas, capaz de “desenvolver uma ação responsável, individual, social e política como resultado do processo de participativo” (PATEMAN, 1992, p.38).

Assim, propiciando ao cidadão pensamentos que levam em conta aspectos mais abrangentes e coletivos, que favorecem a conscientização da sociedade sobre a interligação dos assuntos de interesses públicos aos privados. Tornando a participação um importante mecanismo educativo para a sociedade. (PATEMAN, 1992)

De acordo com Pateman (1992), John Suart Mill já apresenta uma visão moderna, aplicada a um período de sistema político industrial, e assim, complementa a visão educativa da participação de Rousseau, pois para ele

quando o indivíduo se ocupa somente de seus assuntos privados, argumenta, e não participa das questões públicas, sua ‘auto-estima’ é afetada, assim como permanecem sem desenvolvimento suas capacidades para uma ação pública responsável (PATEMAN, 1992, p. 44 e 45).

Dessa maneira, de acordo com Pateman (1992), Mill afirma que quando o cidadão participa da ação pública ele amplia seus pensamentos e passa a considerar o interesse coletivo como de seu interesse também. Entretanto, o pensamento de Mill acrescenta a necessidade de participação dos indivíduos em nível local, pois seria nesse ambiente que os

cidadãos se preparariam e fortaleceriam sua capacidade de participação, tornando-os capazes de aplica-las efetivamente em nível nacional.

Para Souza (2010), a democracia participativa defende a participação direta dos cidadãos no processo de tomada de decisão. Já Pateman caracteriza que a teoria da democracia participativa foi constituída em torno:

da afirmação central que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia, pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou 'treinamento social' precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa (...). (PATEMAN, 1992, p. 60)

À vista disso, o estudo apresentado por essa pesquisa procurará verificar se o portal e-Democracia de fato pode ser considerado uma arena participativa, que inclui os cidadãos sem voz e se efetivamente reduz as desigualdades de participação. Analisando, assim, se todas as classes sociais são de fato contempladas no debate ou se trata apenas de um espaço de participação de uma pequena elite.

2.5. Participação Política Digital

O avanço dos recursos tecnológico-informacionais e as tecnologias digitais de comunicação, que estão em curso desde o final do século XX, têm gerado debates sobre a sua influência sobre a participação civil nas democracias liberais. Em especial, tais percepções vêm ocorrendo devido aos grandes benefícios gerados por esses novos artefatos tecnológicos à sociedade moderna, quando comparados aos meios tradicionais de comunicação (SILVA, 2005).

O autor ainda destaca que:

Teóricos, políticos, governos e imprensa têm disseminado a ideia de que, diante deste potencial interativo, haveria agora novas possibilidades de melhorar a participação do cidadão nos negócios públicos, na tomada de decisão política e até mesmo, em alguns casos, de fazer com que a própria esfera civil tome as decisões até então restritas à esfera política (SILVA, 2005, p.451).

Assim, é importante salientar que o tema participação política digital engloba uma discussão sobre:

consequências que as ferramentas e dispositivos eletrônicos das redes contemporâneas, principalmente a internet, comportam para a implementação de um novo modelo de democracia capaz de incluir de maneira mais plena a participação da esfera civil na decisão política (GOMES, 2006, p. 216) .

Silcock (2001) destaca que o surgimento da tecnologia modificou vários aspectos da vida da população, chegando a alterar, inclusive, a própria forma de o governo servir o povo. Ou seja, o uso das tecnologias permitiu e ainda permite ao governo uma melhora no acesso e na prestação dos serviços governamentais. Além ter o “poder de criar um novo modo de serviço público em que todas as organizações públicas podem entregar um serviço modernizado, integrado e transparente para os seus cidadãos” (SILCOCK, 2001, p. 88).

Em complemento a Silcock, o autor Pautz (2010, p. 159) destaca o uso da internet e seus diversos propósitos políticos. Em primeiro lugar, é destacada a capacidade de poder aperfeiçoar a qualidade da prestação de serviços públicos, além de permitir uma redução de seus custos e também uma renovação nos processos administrativos do governo. Em segundo lugar, é salientado o poder da nova tecnologia em poder ser “empregada como meio de reforçar as práticas e processos democráticos”.

Dessa maneira, a internet possibilita aos cidadãos uma maior interação com a coisa pública, permitindo aos “indivíduos solicitar informação, expressar opiniões e reclamar respostas pessoais dos representantes políticos, apesar da imprensa, a televisão e o rádio ainda representarem o padrão de comunicação tradicional da esfera política” (SANTOS, 2013, p. 196).

Para Marques (2008), as mídias digitais (*new media*, comunicação digital, redes telemáticas e redes digitais), oferecem ao Estado a criação de ambientes políticos que permitem incluir os cidadãos no processo de discussão das ações públicas e da produção da decisão política. Ou seja,

permitem a estas instituições a chance de fomentar um novo tipo de relacionamento com a esfera civil, através do provimento, de forma direta, de informações, da oportunidade de se mostrarem abertas ao diálogo e da concretização de canais de participação os recursos característicos da Internet constituem um subsídio fenomenal a promover o controle social da forma pela qual as atividades políticas do estado vêm sendo desempenhadas (MARQUES, 2008, 269).

De acordo com Silva, o uso das tecnologias da informação e comunicação permitiria a transformação das relações sociais e políticas, proporcionando “maior fluxo de informação, reforçando laços comunitários, revigorando a participação do cidadão e gerando com isso, novas formas de relações de poder” (SILVA, 2005, p. 452).

O autor destaca, ainda, que existem outras visões que acreditam sim nas mudanças proporcionadas pela TICs no processo democrático, ou seja, veem o maior poder de

participação dos cidadãos nas deliberações, mas não acreditam que tais mudanças podem ser relacionadas a uma ideia revolucionária.

Várias literaturas, que abordam o tema democracia digital, ressaltam a importância da comunicação proporcionada pelas modernas tecnologias. Estas possibilitam uma interação horizontal em massa capaz de afetar na relação cidadão e governo, podendo gerar, assim, mudanças no processo político atual (SILVA, 2005).

Marques (2010) afirma que através do emprego dos recursos digitais as chances de diminuir os obstáculos técnicos e as demais dificuldades relacionadas ao envolvimento e participação política dos cidadãos podem ser efetivas.

Em contrapartida, é importante para o nosso estudo destacar outra definição que é apresentada por Curran e Singh (2011, p. 26) a respeito do potencial que a internet proporciona no quesito participação democrática. Os autores defendem que a democracia digital é face do futuro da democracia, pois acreditam que, com o crescimento e a grande adesão obtida pela internet nos últimos anos, trazer a política para esse meio é o passo mais importante a ser feito. Ou seja, “a lógica e a finalidade da e-democracia é trazer a política para o presente tendo em conta a mais recente tecnologia e tendências da comunicação”.

Assim, a principal vantagem da democracia digital é:

a de tornar a política e o seu processo de tomada de decisão acessível a um vasto conjunto demográfico de pessoas num mesmo momento e com custos reduzidos. Ao utilizar as novas tecnologias, a Internet pode permitir em tempo-real, uma participação mais ampla e ativa de políticos e cidadãos (CURRAN E SINGH, 2011, p. 26).

Podemos compreender o *e-democracy* como um termo que traduz o uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) para melhorar e até em alguns momentos substituir a democracia representativa⁸.

As profundas mudanças de paradigma da sociedade contemporânea, resultantes da aceleração da globalização e do rápido progresso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), levam-nos a refletir sobre o surgimento de novos espaços públicos participativos em ambiente digital, que apresentam um leque inovador de potencialidades para a consolidação dos ideais democráticos, fundados na soberania popular, tendo como fator crucial a participação e cultura política dos seus cidadãos (SEBASTIÃO; PACHECO; SANTOS, 2012, p.33).

⁸E-democracy. (2015). *Britannica Online Academic Edition*. Acessado em : 20/10/2015

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1. Caracterização da organização, setor ou área do objeto de estudo.

A pesquisa foi desenvolvida na Câmara dos Deputados, órgão do poder legislativo, cujo papel é o de ser

representante do povo brasileiro, exercer atividades que viabilizam a realização dos anseios da população mediante discussão e aprovação de propostas referentes às áreas econômicas e sociais, como educação, saúde, transporte, habitação, entre outras, sem descuidar do correto emprego, pelos Poderes da União, dos recursos arrecadados da população com o pagamento de tributos⁹.

A Câmara dos Deputados é composta por representantes de todos os Estados e o Distrito Federal, no total de 513 deputados, de acordo com a Lei Complementar nº 78, de 30 de Dezembro de 1993.

O ambiente selecionado para a realização da pesquisa foi o portal e-Democracia, da Câmara dos Deputados, criado em 03 de junho de 2009, com o objetivo de, no ambiente virtual, incentivar a participação da sociedade no debate de temas importantes para o país. Esses debates têm a intenção de estimular o envolvimento dos cidadãos na discussão de novas propostas de lei e na formulação de políticas públicas, segundo informações contidas no seu portal¹⁰.

Freitas *et al.* (2015, p. 639) afirma que o e-Democracia “foi desenvolvido com o objetivo de oferecer aos cidadãos brasileiros um instrumento para construção compartilhada de projetos de lei”. Além disso, ressalta que se trata de um serviço eletrônico que procura estimular e promover a participação da sociedade nos principais temas relacionados às políticas públicas atuais, permitindo que muitas dessas participações transformem em colaborações a projetos de lei.

Para Faria, o portal e-Democracia da Câmara dos Deputados é um espaço virtual, interativo, com interface amigável, criado para estimular cidadãos e organizações civis de todo tipo e interesse a contribuírem na formulação de leis federais, assim como para auxiliar os deputados no trabalho de fiscalização e controle. (FARIA, 2012, p.185).

Na Figura 1, a seguir, o layout da página:

⁹Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca>, acessado em: 23/06/2015

¹⁰ Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br>, acessado em: 23/06/2015



Figura 1 - Página inicial do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados

Fonte: <http://edemocracia.camara.gov.br/>

É importante destacar que o portal e-Democracia tem como objetivo principal “promover a expansão da democracia digital participativa no país a partir do uso dos recursos informacionais disponíveis para o desenvolvimento de ferramentas eletrônicas de governo e de governança” (FREITAS *et al.*, 2015, p. 642). Além disso,

Permite à sociedade brasileira participar do processo legislativo pela internet por meio de: a) compartilhamento de informações, estudos e outros conteúdos, na forma escrita ou audiovisual, que sejam úteis à discussão dos projetos de lei; b) participação do processo deliberativo nos fóruns de discussão; c) organização de redes sociais temáticas para fins legislativos; e d) apresentação de propostas de texto legislativo, construídas de forma colaborativa, a fim de subsidiar o trabalho dos deputados na tomada de decisão (FARIA, 2012, p.185).

Ainda segundo Faria (2012), o e-Democracia foi definido por um grupo de especialistas compostos por servidores efetivos da Câmara dos Deputados, no qual tratavam de profissionais com grande experiência e conhecimento em áreas de grande relevância para o programa. A maioria dos técnicos participantes da criação do portal pertencia a uma assessoria responsável pela criação de projetos voltados à qualidade legislativa, à participação popular e à inteligência legislativa.

Entretanto, para a real definição do projeto, foram realizadas consultas com parlamentares sobre a ideia, nas quais foram discutidos temas importantes para compor o projeto piloto. De acordo com Faria (2012, p. 190), a equipe realizou, então, “reuniões com deputados, diretores administrativos, técnicos e grupos da sociedade civil para apresentar a ideia e receber sugestões para a formulação da versão inicial do projeto”.

Assim, o portal e-Democracia foi, realmente, efetivado em 2009 após autorização do presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Michel Temer, que permitiu “a realização de um piloto para o projeto no período de junho de 2009 a agosto de 2010, a ser aplicado a algumas discussões virtuais sobre proposições legislativas” (FARIA, 2012, p. 190).

É conveniente destacar que, dado ao fato do portal ser aberto ao público, possibilitando a ocorrência de inúmeras participações nas discussões, foram elaboradas duas esferas para discussão, sendo uma moderada e outra não. Assim, o portal e-Democracia foi dividido em duas áreas para contribuições de mérito às discussões: o Espaço Livre e as Comunidades Legislativas. Neste último, os participantes debatem temas específicos sobre projetos de leis já existentes com moderação da equipe do portal. Já no Espaço Livre, sem moderação, permite ao cidadão definir o tema a ser discutido, como também possibilita a participação em fóruns criados por outros usuários do e-Democracia (FARIA, 2012; MEZZARROBA *et al.*, 2013).

Freitas (2014, p.643) afirma que “caso o debate proposto no Espaço Livre seja bem sucedido e os moderadores percebam que o conteúdo contribui, significativamente, para o desenvolvimento de determinado projeto de lei, o debate torna-se um grupo no e-Democracia, denominado ‘Comunidade Virtual Legislativa’”.

As comunidades virtuais legislativas, de acordo com Faria (2012, p.186), “compreendem a formação de uma rede social digital de pessoas interessadas em determinado assunto”. Além disso, Faria explica que todas as discussões são moderadas pela própria equipe do e-Democracia, ou seja, moderadores do corpo funcional da Câmara que permitem que não ocorra a publicação de mensagens hostis ou a agressão a contribuições específicas de seus participantes.

Dentro das Comunidades Legislativas, o cidadão dispõe de diversos canais de participação, sendo o principal deles nos Fóruns de debates. Este se trata de uma área de interação entre os membros das Comunidades Temáticas, que permite o debate por meio de questões específicas, ou seja, são nos fóruns de cada Comunidade Legislativa que ocorrem as discussões temáticas.

As Comunidades Legislativas também dispõem de bate-papos, que são espaços organizados em tempo real, para a discussão de temas pelos membros das comunidades e Deputados Federais que se interessarem em debater sobre os assuntos propostos.

Há também no e-Democracia um espaço colaborativo que permite ao cidadão propor alterações ou construir um novo texto aos projetos de lei em discussão, que é denominado Wikilegis. Outro espaço existente no portal é a Biblioteca Virtual, onde os documentos digitais relacionados ao tema de cada Comunidade Legislativa são armazenados. É nesse espaço que se encontram os estudos e artigos científicos a respeito do tema.

Assim, foi observado, até o presente momento, 40¹¹ (quarenta) Comunidades Legislativas Virtuais (CLV) que se encontram encerradas, entre elas, pode-se citar temas como: política de mudança do clima (primeira comunidade criada), Estatuto da Juventude, tráficos de pessoas, política sobre drogas, Marco Civil da Internet, Lei Orçamentária 2013, combate ao trabalho escravo, Reforma Política 2013, Ampliação do Acesso à Justiça, Estatuto da Pessoa com Deficiência, entre outros.

Já o número de Comunidade Legislativa que estão ativas são 15¹² (quinze), com temas como: Registro Civil Nacional, Redução da Maioridade Penal, Mobilidade Urbana, Fórum Legislativo do Futebol, Crimes Cibernéticos, além de outros.

Dessa maneira, as Comunidades Legislativas que serão estudadas, nesta pesquisa, são sobre a Reforma Política. Esse tema foi debatido em duas épocas diferentes por duas CLV diferentes, uma em 2013 e outra em 2015.

3.2. Estudo de caso

A primeira Comunidade Legislativa Virtual sobre a Reforma Política foi criada em 24 de julho de 2013, com o intuito de discutir e receber sugestões da sociedade sobre a reforma política. As propostas apresentadas nessa Comunidade iriam complementar os debates do grupo de trabalho criado para elaborar um anteprojeto de reforma política, coordenado pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). A comunidade permaneceu ativa até dia 05 de novembro de 2013.

Essa comunidade foi criada em um período marcante para a política brasileira, em junho de 2013, quando deu início às manifestações populares em vários estados brasileiros. Os protestos foram intitulados como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, ocorridas em todo o Brasil.

¹¹ Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/comunidades#.VjBasvmrS00>. Acessado em: 27/10/2015

¹² Disponível em: <http://edemocracia.camara.gov.br/comunidades#.VjBasvmrS00>. Acessado em: 27/10/2015

Os primeiros protestos surgiram em oposição ao aumento das tarifas de transporte público em São Paulo e contou com forte repressão policial contra os manifestantes. E “através da mobilização das mídias sociais e da cobertura jornalística, os atos públicos ganharam visibilidade e ampliou-se o ânimo dos participantes para novas manifestações” (PUJOL *et al.*, 2014, p. 6).

Dessa forma, os subseqüentes eventos ganharam forte apoio popular e passou a ter adesão de diversas cidades brasileiras, se destacando principalmente por um perfil de participantes não inseridos nos tradicionais movimentos sociais, conforme destaca Moreira e Santiago (2013).

No auge das manifestações, milhões de brasileiros estavam nas ruas protestando não apenas pela redução das tarifas e a violência policial, mas também por diversas outras pautas, dentre elas uma grande variedade de temas como: os gastos públicos com a Copa do Mundo, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política.

Já a Comunidade Legislativa sobre a Reforma Política, que está ativa, foi criada em 17 de março de 2015, com objetivo de promover a discussão entre cidadãos e deputados sobre propostas de Emendas à Constituição relacionadas à Reforma Política.

É importante salientar que esta comunidade foi criada após a mudança de presidente da Câmara dos Deputados. Eduardo Cunha, deputado federal do Rio de Janeiro, filiado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assumiu o cargo em fevereiro de 2015. Anteriormente, a responsabilidade era do Deputado Federal Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN). Assim, as duas comunidades sobre o tema de Reforma Política foram criadas sob orientações políticas distintas.

3.3. Tipo e descrição geral da pesquisa

De acordo com Gil (2002, p.17), “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Já Marconi e Lakatos (2003, p. 155) definem a pesquisa como “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Dessa maneira, o estudo em questão caracteriza-se por uma pesquisa descritiva.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. (...) Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. (GIL, 2002, p. 42).

Assim, busca-se observar, registrar e analisar os fatos ou fenômenos decorrentes do processo de participação popular do e-Democracia nas comunidades sobre a Reforma Política.

Além disso, os dados obtidos pela pesquisa irão acrescentar informações e conclusões a uma pesquisa mais ampla sobre o e-Democracia, que já teve início e produziu alguns resultados. É o caso do artigo ‘Os Desafios ao Desenvolvimento de um ambiente para Participação Política Digital: O Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil’, de autoria Freitas *et al.* (2015).

3.4. Participantes do estudo

Com auxílio e colaboração dos gestores e responsáveis do portal, foram enviados e-mails com o link do questionário para um universo de 358 indivíduos, todos participantes das comunidades sobre a Reforma Política de 2013 e de 2015. Foram incluídos nessa amostra todos os participantes que estavam cadastrados nas comunidades e que postaram ao menos uma mensagem nas comunidades citadas. No total, foram recebidas 78 respostas ao questionário (21,78% do total da pesquisa).

3.5. Caracterização do Instrumento de pesquisa e coleta de dados

A técnica ou instrumento de pesquisa trata-se de “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 174).

Dessa forma, o instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados foi por meio de aplicação de questionário, enviado para todos os participantes via e-mail.

O questionário, utilizado como instrumento de pesquisa, foi elaborado com o intuito de abranger perguntas divididas em 6 categorias de análise: perfil socioeconômico; perfil político e participativo; percepção do cidadão quanto a sua participação; envolvimento com o e-Democracia; influências do contexto nacional; e percepção quanto políticas de compartilhamento. Na Figura 2, estão indicadas essas 5 categorias de análise.



Figura 2– Categorias de Análise

O questionário contou com um total de 31 perguntas, dentre as quais 22 questões foram perguntas fechadas e 9 perguntas abertas.

A pesquisa foi elaborada na ferramenta *online* ‘Formulário Google’, do Google Docs, que permite a criação e compartilhamento de formulários via web. Além disso, permite a elaboração de gráficos e tabelas de acordo com os resultados obtidos pelo formulário criado.

É importante destacar que os questionários foram enviados aos participantes pela Coordenação do e-Democracia. Dessa forma, não existiu nenhum contato direto com os participantes da pesquisa, apenas a obtenção das respostas via ferramenta *online*.

Os questionários foram enviados pela equipe e-Democracia no dia 28/09/2015. No dia 20/10/2015, foram enviados e-mails de reforço. O questionário permaneceu aberto por 34 dias, até o dia 31/10/2015.

Em complemento aos resultados obtidos pela pesquisa foram utilizados, na análise, os dados secundários presentes no artigo de autoria de Freitas *et al.* (2015), ‘Os Desafios ao Desenvolvimento de um ambiente para Participação Política Digital: O Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil’. O artigo discute os resultados de pesquisa que utilizou o mesmo instrumento metodológico para compreender as categorias de análise aqui estudadas em outra comunidade do e-Democracia, a do Marco Civil da Internet. Foram realizadas análises comparativas em relação às semelhanças e diferenças observadas entre as comunidades, tais como níveis distintos de escolaridade e renda.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

O questionário foi enviado para todos os 358 participantes das Comunidades Legislativas sobre a Reforma Política; a adesão à pesquisa foi de 78 respondentes. Com isso, o nível de confiança dos resultados da pesquisa foi de 95%, com margem de erro de 10%.

O primeiro conjunto de perguntas do questionário procurou captar informações sobre o perfil socioeconômico dos participantes das duas Comunidades Legislativas sobre a Reforma Política, a de 2013 e a de 2015.

A maioria dos respondentes da pesquisa foi do sexo masculino, totalizando 89,7 % dos respondentes; apenas 8 (oito) mulheres responderam ao questionário (10,3% do total de respondentes). Não há, a partir da análise desses resultados, uma representação igualitária no quesito de gênero. A Figura 3 a seguir ilustra a constatação:

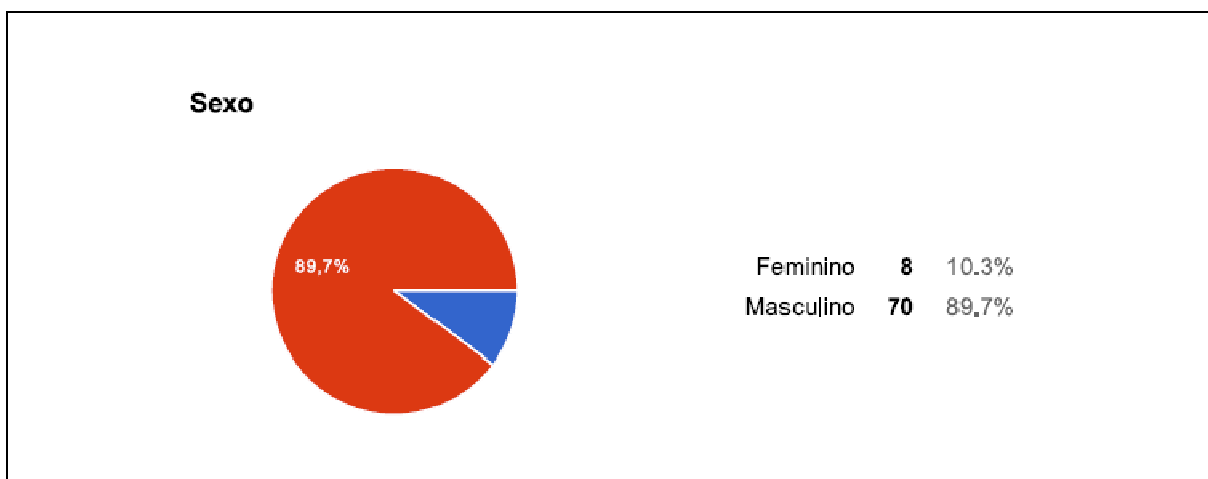


Figura 3 – Resultado do Gênero

Resultado semelhante foi constatado por Freitas *et al.* (2015) na pesquisa realizada com a Comunidade do Marco Civil da Internet, identificando que a maioria dos respondentes da comunidade foi de homens (89%). Assim, esse dado reitera o problema da desigualdade de gênero existente na participação política digital.

Outro dado importante coletado foi sobre a questão étnico-racial dos participantes (Figura 4). Verificou-se que mais da metade dos participantes são brancos (64,1%) e 30% se autocalifica como pardo. É imprescindível destacar que apenas três negros (3,8%) participaram da pesquisa do total de 78 respondentes.



Figura 4 - Resultado da Raça/Cor/Etnia

A desigualdade de representação étnico-racial, observada nos resultados da presente pesquisa, evidencia a mesma desigualdade presente em nossa sociedade. A quarta edição do retrato das desigualdades de gênero e raça, afirma essa ideia:

as desigualdades de gênero e raça são estruturantes da desigualdade social brasileira. Não há, nesta afirmação, qualquer novidade ou qualquer conteúdo que já não tenha sido insistentemente evidenciado pela sociedade civil organizada e, em especial, pelos movimentos negro, feminista e de mulheres, ao longo das últimas décadas. Inúmeras são as denúncias que apontam para as piores condições de vida de mulheres e negros, para as barreiras à participação igualitária em diversos campos da vida social e para as consequências que estas desigualdades e discriminações produzem não apenas para estes grupos específicos, mas para a sociedade como um todo. (IPEA, et al., 2011, p.7)

Portanto, evidencia-se que mulheres e negros tem representação inferior ao seu peso populacional. Essa desigualdade na política representa as consequências de anos de exclusão.

A luta por participação política vem de anos. Para as mulheres, o direito de votar e ser votada só foi permitido nas primeiras décadas do século XX, conforme destaca o trabalho da SEPPIR (2010). Mas foi somente na Constituição de 1988 que os brasileiros obtiveram a garantia do voto universal, ou seja, há 27 anos de uma efetiva democracia representativa igualitária.

Outro quesito que justifica essa exclusão pode ser compreendido pela falta de acesso à internet por esses grupos minoritários. O sitio do IPEA apresenta o Retrato das desigualdades de gênero e raça¹³ onde são fornecidos indicadores sobre o acesso a bens duráveis e exclusão digital oriundos da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE.

¹³ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/> Acessado em: 16/11/2015

Um dos indicadores¹⁴ analisa a proporção de domicílios com microcomputador que não possuem acesso à internet, por sexo do chefe do domicílio, cor/raça e localização do domicílio - Brasil e Regiões, de 2006 a 2013. Na Figura 5, a seguir, é possível verificar mais detalhadamente essa exclusão.

Cor/Raça	Região e Localização do Domicílio	Total							Masculino							Feminino						
		2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Total	Brasil	23,9	24,4	23,6	21,1	14,9	13,1	13,3	24,0	24,3	23,6	21,1	14,9	13,0	12,7	23,7	24,5	23,7	21,0	14,9	13,4	14,3
	Norte	38,9	38,9	38,5	34,9	24,2	22,3	23,1	39,6	39,0	39,3	34,4	24,4	23,7	23,4	37,3	38,8	36,8	35,7	24,0	20,0	22,7
	Nordeste	28,7	28,2	26,1	22,1	16,3	13,7	14,6	29,2	28,8	26,3	22,6	16,2	13,6	14,2	27,3	27,1	25,8	21,1	16,4	14,0	15,2
	Sudeste	21,2	21,5	21,3	19,1	12,8	11,2	11,2	21,1	21,2	21,0	18,7	12,6	10,9	10,3	21,3	22,3	21,8	20,0	13,0	11,7	12,9
	Sul	25,6	27,2	25,7	23,2	17,4	15,7	14,4	25,8	27,6	25,8	24,3	17,8	15,5	14,4	24,9	26,0	25,6	20,7	16,6	16,1	14,4
	Centro-Oeste	28,6	26,9	24,2	21,1	15,8	13,9	15,4	29,1	27,5	24,7	21,3	16,4	14,6	14,9	27,1	25,6	23,0	20,8	14,6	12,7	16,2
	Urbano	23,2	23,5	22,5	20,0	14,0	12,0	12,2	23,1	23,2	22,1	19,7	13,7	11,5	11,3	23,4	24,2	23,3	20,6	14,5	12,9	13,8
	Rural	56,7	54,9	54,3	50,4	41,1	38,9	35,3	58,5	56,8	55,8	51,5	42,6	39,6	35,4	46,2	44,4	46,4	44,8	34,6	36,1	34,8
	Branca	Brasil	21,3	21,5	20,6	18,2	12,9	11,0	11,2	21,3	21,5	20,8	18,3	12,9	11,0	10,7	21,2	21,3	20,2	18,1	12,8	10,8
Norte		32,9	30,3	32,9	28,0	18,4	16,8	18,9	33,9	29,9	32,3	27,3	18,9	18,2	18,7	30,6	30,9	34,1	29,4	17,5	14,7	19,4
Nordeste		24,6	23,3	21,8	19,6	15,4	11,3	12,6	24,9	24,1	22,5	20,2	15,3	11,7	12,4	23,7	21,8	20,5	18,3	15,4	10,7	12,9
Sudeste		18,9	19,1	18,4	16,1	10,7	9,0	9,5	18,7	18,9	18,6	15,6	10,6	9,1	8,6	19,5	19,6	18,0	17,1	10,9	9,0	11,2
Sul		24,3	25,7	24,5	22,0	16,2	14,6	13,2	24,5	26,0	24,7	23,1	16,6	14,5	13,5	23,9	24,7	23,9	19,3	15,6	14,8	12,7
Centro-Oeste		25,3	22,9	20,5	18,1	13,2	11,5	12,7	26,1	23,9	20,4	18,2	13,3	12,1	12,3	22,9	20,7	20,7	18,0	12,9	10,4	13,3
Urbano		20,5	20,5	19,4	17,0	11,9	9,8	10,2	20,3	20,2	19,3	16,7	11,5	9,5	9,4	21,0	21,1	19,7	17,6	12,5	10,3	11,7
Rural		52,5	54,6	52,9	50,9	40,1	38,8	33,0	54,5	56,9	53,7	52,2	42,7	39,9	33,1	39,7	39,4	48,2	43,0	29,1	33,5	32,5
Negra		Brasil	31,3	31,2	29,6	26,3	18,0	16,1	16,0	31,7	31,1	29,2	26,3	17,9	15,7	15,3	30,2	31,5	30,4	26,3	18,1	16,8
	Norte	43,3	44,6	41,4	38,6	27,0	24,5	24,9	44,0	44,7	42,8	38,2	27,1	25,8	25,4	41,8	44,6	38,2	39,6	27,0	22,3	24,1
	Nordeste	32,3	32,2	29,2	23,8	16,8	15,1	15,7	33,1	32,4	29,2	24,3	16,8	14,6	15,1	30,3	31,8	29,4	23,0	17,0	15,8	16,4
	Sudeste	28,2	27,8	27,7	25,3	16,2	14,5	13,9	28,5	27,3	26,6	25,0	15,9	13,7	13,0	27,2	29,0	30,0	26,1	16,9	16,1	15,4
	Sul	36,2	37,3	33,4	30,4	23,5	20,7	19,3	37,4	38,7	32,4	31,2	24,1	19,9	18,1	32,7	34,0	35,7	28,5	22,3	22,2	21,3
	Centro-Oeste	34,1	32,3	28,3	24,5	18,5	16,1	17,8	34,0	32,6	29,7	24,6	19,4	16,8	17,1	34,2	31,8	25,6	24,1	16,6	14,8	19,0
	Urbano	30,4	30,5	28,6	25,5	17,2	15,1	14,9	30,7	30,2	27,8	25,3	17,0	14,4	13,8	29,8	31,0	30,1	25,8	17,7	16,3	16,7
	Rural	68,8	55,7	57,0	49,5	43,0	39,2	38,2	70,1	56,7	60,4	49,9	42,4	39,1	38,4	62,0	51,9	43,7	47,8	45,4	39,3	37,2

Figura 5 - Proporção de Domicílios Com Microcomputador que Não Possuem Acesso à Internet, por Sexo do/a Chefe do Domicílio, segundo Cor/Raça do/a Chefe e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 2006 a 2013.¹⁵

Uma questão interessante, identificada na Figura 5, é a desigualdade também étnico-racial, uma vez que o número de domicílios brasileiros chefiados por brancos e sem acesso à internet registrados em 2006 foi de 21,3%, enquanto o de negros foi de 31,3%. Esses dados evidenciam mais uma vez a desigualdade existente na sociedade brasileira.

Os dados da Figura 5 demonstram que, no Brasil, em 2006, o número de mulheres negras chefes de domicílios sem acesso à internet eram de 30,2%, enquanto as mulheres

¹⁴ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_acesso_bens_duraveis_exclusao_digital.html Acessado em 16/11/2015

¹⁵ Elaboração da autora. Fonte: IBGE/PNAD. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_acesso_bens_duraveis_exclusao_digital.html Acesso em 16/11/2015.

brancas apresentavam apenas 21,2%. Em relação aos homens negros, estes totalizaram 31,7% e os homens brancos 21,3%, permanecendo, assim, as disparidades raciais. Em 2013, esses números passaram para 17,2% para as mulheres negras e 12,1% para as mulheres brancas. Para os homens negros, o percentual foi de 15,3% e de 10,7% para os homens brancos. Com isso, é possível deduzir que o avanço no uso das TICs pelos homens, tanto os negros quanto os brancos, conseguiu ser mais satisfatório do que entre as mulheres. Entretanto, ainda é desigual a relação entre os negros e brancos no Brasil, dificultando o processo de diminuição das diferenças.

Outro fator verificado foi que, em 2013, a exclusão em relação ao acesso a recursos tecnológico-informacionais caiu consideravelmente, indicando que a cada ano aumenta o número de usuários com acesso às tecnologias de informação e comunicação. Dessa forma, a inclusão digital propicia, potencialmente, a prática da participação social, pois o acesso à internet permite “colocar diferentes parceiros de interlocução em contato, através de ações recíprocas e vínculos virtuais variados, criando um potencial de interação inédito se comparado com os veículos de comunicação tradicionais” (MAIA, 2002, p.47).

Apesar do e-Democracia ser um canal de participação política digital, onde permite a inclusão de todos os atores no processo decisório, observa-se ainda a dificuldade das minorias em obter voz perante a sociedade. Ou seja, essa desigualdade vivenciada por esse pequeno grupo de indivíduos influencia diretamente os resultados das decisões políticas.

Carvalho (2013) afirma que:

Em razão da importância que a inclusão digital tem na economia contemporânea, é necessário que medidas de inclusão das populações negras, femininas e rurais sejam tomadas com celeridade, para evitar que uma nova forma de exclusão se estabeleça sobre estes grupos e inviabilize a superação de sua fragilidade social histórica (CARVALHO, 2013, p.105).

Na figura 4, observa-se outro fato interessante sobre o perfil étnico-racial: a presença, ainda que mínima, dos indígenas nas iniciativas destinadas à participação política digital. Verifica-se uma tendência dos fóruns nacionais de participação social e política em incluir esse grupo, contemplando suas demandas de forma mais ampla; como exemplo, tem-se a organização e realização da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista¹⁶, convocada pela Presidente da República por meio do Decreto de 24 de julho de 2014, a ser realizada em dezembro de 2015.

¹⁶ Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/ascom/3111-conferencianacional>. Acessado em 16/11/2015

Outra característica do perfil socioeconômico investigada foi sobre a idade dos participantes. O resultado da pesquisa revelou que 66,7% dos respondentes possuem idade entre 30 e 60 anos. Em compensação, indivíduos entre 16 a 29 anos representam 19,2% do total de respondentes. Participantes com mais de 60 anos de idade totalizaram 14,1% do total da pesquisa, conforme demonstrado na Figura 6.

Em relação à pesquisa sobre o Marco Civil da Internet, o resultado predominante foi da faixa etária dos 26 aos 40 anos (47%).

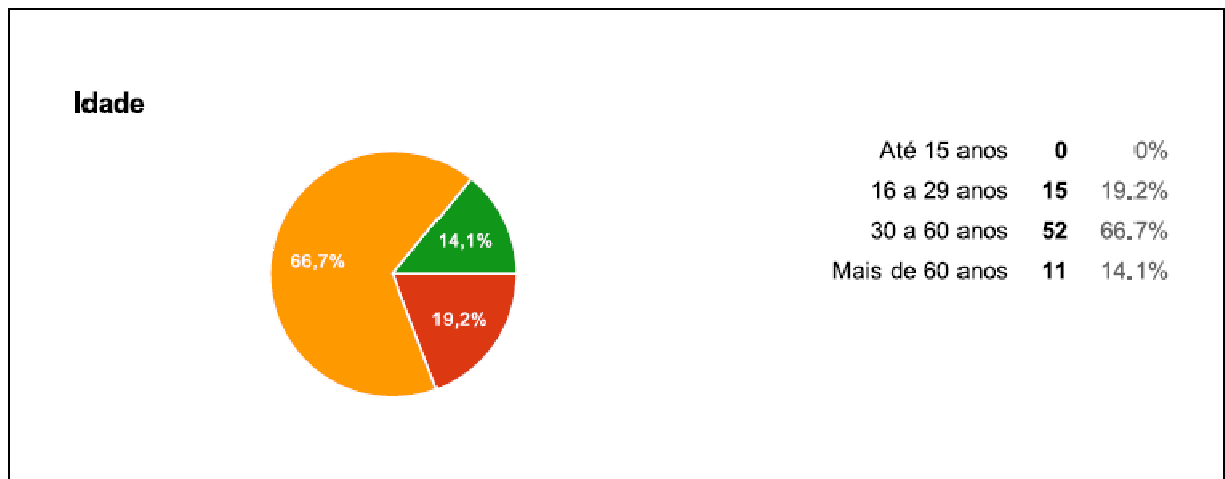


Figura 6 - Resultado da Idade

A Figura 7 apresenta os resultados a respeito do grau de escolaridade dos respondentes.

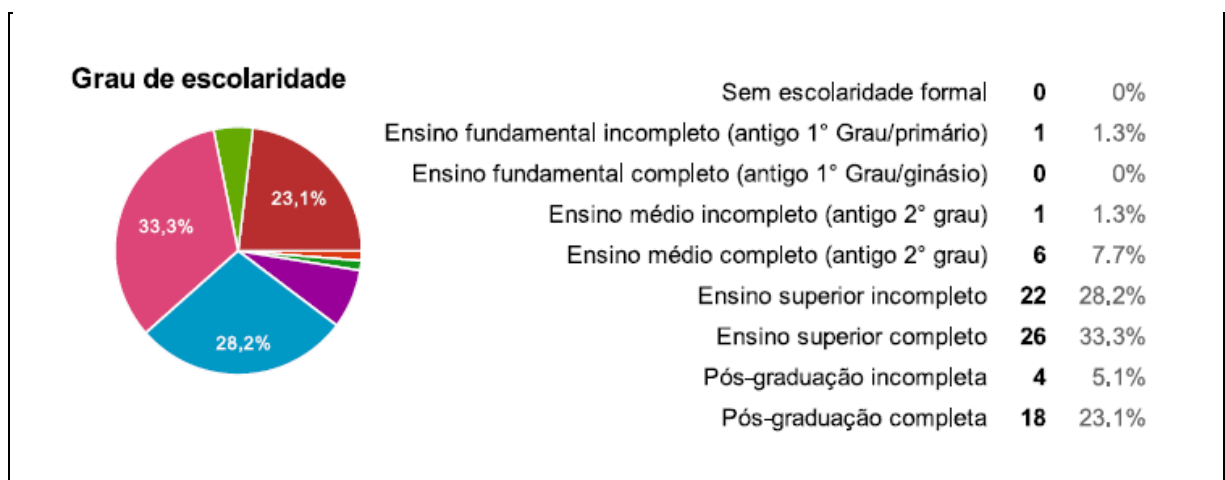


Figura 7- Resultado do grau de escolaridade

Verificou-se que o nível de escolaridade dos participantes nas comunidades sobre a Reforma Política é alto, já que entre os participantes alguns apresentaram alta escolaridade

(ensino superior e pós-graduação completa), entretanto, também houve a participação de cidadãos com poucos anos de escolaridade (ensino fundamental incompleto).

Em relação ao nível de renda (Figura 8), foi constatada na pesquisa a participação de todas as classes sociais. Observou-se que a minoria dos respondentes (1,3%) apresenta rendas exorbitantes, ou seja, apenas um (1) respondente tem renda superior a R\$15.760,00. Entretanto, uma boa porcentagem – cerca de 10% dos respondentes – respondeu ter como renda mensal bruta de 10 a 20 salários mínimos.

Resultado significativo foi a constatação de que 33,3% dos participantes possui renda de 4 (R\$3.152,00) a 10 salários mínimos (R\$7.880,00). Já sobre os que não possuem nenhuma renda, o resultado foi de 9% dos respondentes. Assim, verifica-se que nessa pesquisa a maioria dos respondentes é das Classes C e D, com ensino superior completo e incompleto. Constatou-se significativa diversidade socioeconômica entre os participantes, pois se observou a presença de usuários de todas as classes sociais, sendo essas bem distribuídas. Também não houve discrepância econômica entre os participantes, sendo a maioria dos respondentes pertencente à classe média brasileira.

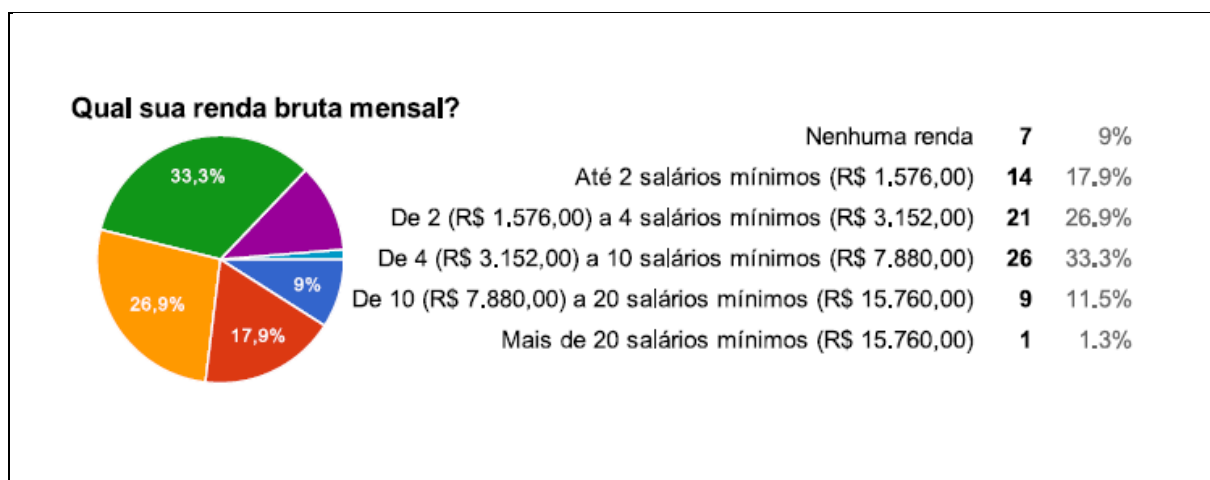


Figura 8 – Resultado da Renda dos participantes

Dessa forma, de acordo com os resultados da pesquisa (Figuras 7 e 8), nota-se que o nível de escolaridade dos participantes é alto, mas o nível de renda apresentou aspectos bastante diversificados; não foi maioria o número de usuários que possui nível alto de renda. Por isso, não se pode dizer que a participação nas comunidades estudadas é composta apenas por uma pequena elite da sociedade brasileira.

Na pesquisa sobre o Marco Civil da Internet, observou-se que:

A escolaridade dos respondentes é alta, sendo que 53% dos participantes possuem pós-graduação. Os demais possuem ensino superior completo (26%), ensino superior incompleto (16%) e apenas 5% dos respondentes possuem apenas o ensino médio completo.

Foi observado que, do total de respondentes, 47% possuem renda mensal familiar superior a R\$ 9.000,00. Ao agrupar duas faixas de renda, observa-se que 63% dos participantes possuem renda superior a R\$ 4.500,00 (FREITAS *et al.*, 2015, p.649).

Em comparação com os resultados apresentados aqui sobre as Comunidades da Reforma Política, pode-se concluir que a comunidade formada no e-Democracia para discutir o Marco Civil da Internet apresentou um perfil de participante significativamente diferente do da Reforma Política, este com grande diversidade de classes sociais e níveis de escolaridade mais distribuídos.

Um dos motivos a se considerar é o fato de que a comunidade sobre o Marco Civil tratou de assunto que requeria conhecimento específico para participação. Já o tema sobre a Reforma Política é abrangente, de interesse da maioria dos brasileiros e não exige conhecimento avançado para debater sobre o assunto.

Outro aspecto a ressaltar é que por se tratar de um tema abrangente, a Reforma Política está mais presente no cotidiano da sociedade brasileira. Além disso, abrange a vontade de mudança por muitos cidadãos, sendo um dos caminhos capazes de efetivar sua participação.

Outra constatação da pesquisa é de que todos os participantes são brasileiros natos e não portadores de necessidades especiais. Ademais, a maioria dos participantes é natural da região Sudeste (53%), 18% da região Nordeste, 13% da região Sul e 16% da região Centro-oeste. Não houve participantes da região Norte. Esses resultados podem estar diretamente relacionados com a desigualdade regional de acesso à internet.

De acordo com a Figura 5 – que verificou o nível de domicílios que não possuem acesso à internet – foi constatado que, em 2013, a região Sudeste havia sido a região brasileira com menores índices de exclusão digital, seguido da região Sul, Nordeste, Centro-Oeste e por último a região Norte.

Carvalho (2013) afirma que a carência de infraestrutura para o uso da internet são fatores cruciais para o alto número de usuários sem acesso à internet na região Norte do país, além da ausência de elementos básicos para o uso de microcomputadores, decorrente da baixa distribuição de energia elétrica, da ausência de redes telefônicas, além de outros fatores.

Com o intuito de aprofundar a identificação dos grupos de interesse envolvidos nos debates desenvolvidos nas comunidades, as profissões dos participantes foram identificadas.

Verificou-se a participação de uma grande diversidade de profissões nas comunidades sobre a Reforma Política; as principais identificadas foram administradores, advogados, professores, aposentados, comerciantes, estudantes, vigia, corretor de imóveis e servidores públicos.

Identificou-se que 13% dos participantes são servidores públicos. Um dos motivos que pode explicar esse fato é que, conforme destaca Freitas *et al.* (2015), o e-Democracia é uma ferramenta conhecida por uma parcela mínima da sociedade, devida a sua pouca divulgação. Por isso, os servidores públicos são um grupo mais suscetível e com mais acesso às informações da Administração Pública Federal, colaborando de forma expressiva.

Apesar da existência de vários respondentes do setor público, a maioria dos participantes é do setor privado. Essa heterogeneidade de profissões favorece o conceito de uma participação cada vez diversificada, pois houve a participação de múltiplos grupos de interesse profissionais, propiciando, assim, a expansão e uma possível consolidação dos processos de participação política digital.

Dessa forma, esses dados reforçam os resultados apresentados anteriormente. O tema da Reforma Política é um assunto vasto, que não interessa apenas a um grupo específico da sociedade e, por isso, não se pode afirmar que a participação no portal e-Democracia contempla apenas um grupo de interesse.

Outro conjunto de perguntas feitas aos participantes foi elaborado com o intuito de investigar o perfil político participativo dos contribuintes das Comunidades Legislativas sobre a Reforma Política.

A primeira pergunta foi sobre a sua participação – ou não – em movimento político, organização ou partido político. Do total de respondentes, 52,6% não participam de nenhum movimento político. Entretanto, dos 78 respondentes, 37 (47,4%) participantes afirmaram participar de algum movimento político, organização ou partido político.

Esse resultado pode estar ligado a um desinteresse relativo da população com a questão política e pública. De acordo com Costa (2015, p.1):

A apatia em relação à política, os baixos níveis de participação e a desconfiança generalizada dos cidadãos em relação às instituições políticas formam um cenário já antigo no Brasil. Junto a isso, o atual modelo de partidos políticos tem se esgotado, de modo que fortalece os padrões já existentes de antipolítica, de posições de negação da política e de diminuição da confiança da população nas principais instituições da democracia representativa.

Além disso, comparando com estudo sobre a comunidade do Marco Civil da Internet realizado por Freitas *et al* (2015, p. 650), verificou-se que os seus resultados bastantes similares a dessa. Pois identificou-se que “mais da metade dos respondentes (63%) afirmou não participar de nenhum movimento social específico, organização ou partido político”.

Na Figura 9 estão identificados os principais nomes de movimentos sociais, organizações ou partidos políticos que os participantes integram. Dentre eles foram citados por dois respondentes a Rede Sustentabilidade (5%), o Movimento Eu Voto Distrital (5%), o PSB (5%), o PC do B (5%), PSDB (6%); por três, o PPS (8%); e, por cinco participantes, o PT(13%).

Dentro de ‘Outros’, apresentado na Figura 9, estão os demais movimentos sociais, organizações e partidos políticos citados por apenas um dos participantes, totalizando 53% dos respondentes. Dentre eles estão o Partido Verde – PV, o Partido Progressista – PP, o Partido Republicano da Ordem Social – PROS, o Partido NOVO, Movimento da Luta pela Terra – MLT, Greenpeace, Movimento Anistia Internacional, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco – SINTEPE, União da Juventude Socialista – UJS, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG, Movimento dos Sem-Terra Urbanos de Mauá – MSTU, Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais – SENGE, além de outros. Percebe-se, assim, uma grande variedade de perfis políticos.

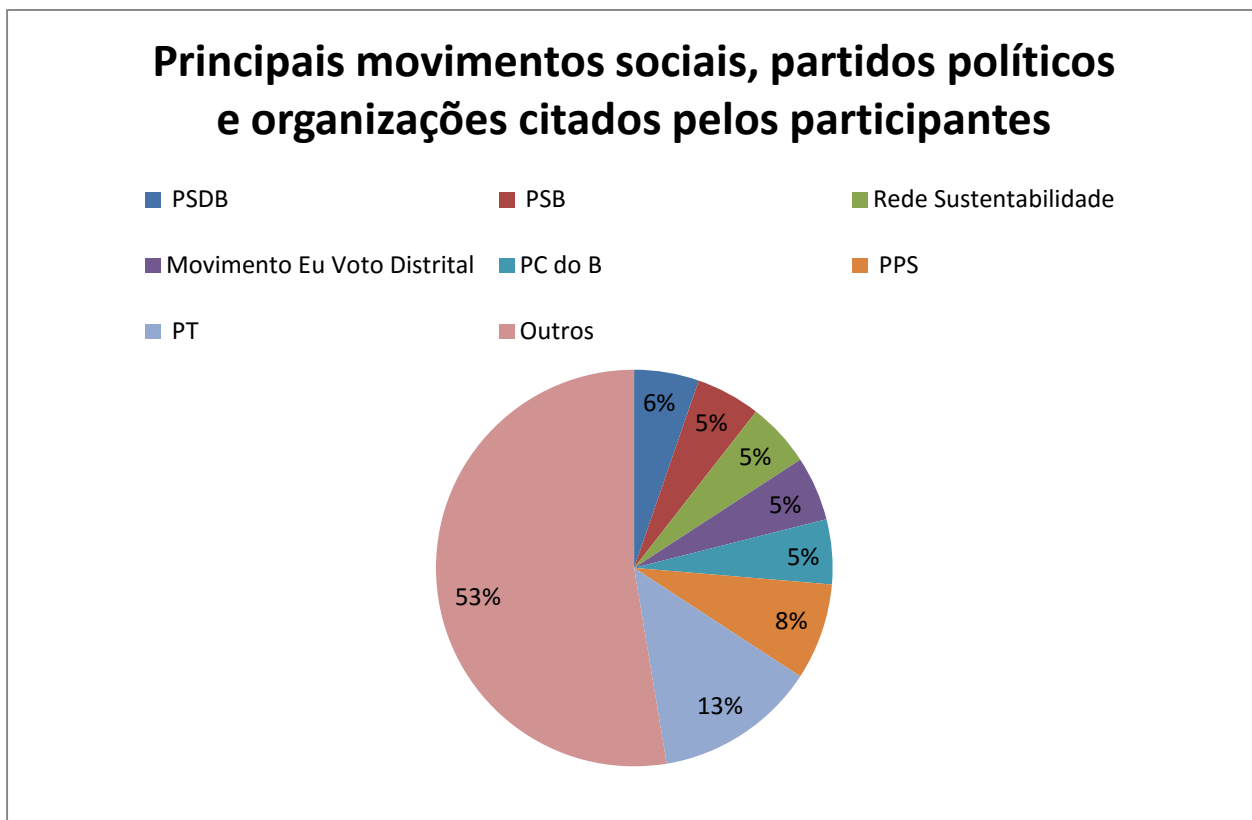


Figura 9 - Lista de Movimento Social/Organização/Partido Político

O terceiro conjunto de perguntas procurou identificar o nível de divulgação do portal e-Democracia. Foi questionado aos participantes o meio de comunicação no qual tiveram conhecimento sobre o e-Democracia. As respostas mais votadas foram mediante pesquisa na internet e portal da Câmara dos Deputados, ambos com 33,3% cada. O segundo mais selecionado foi a divulgação em sites, de acordo com a Figura 10. Por isso, aferimos que o canal digital é um dos melhores meios de comunicação para captar novos colaboradores para o e-Democracia.

É importante esclarecer que as opções de resposta ‘divulgação em sites’ e ‘pesquisa na internet’ são canais diferentes de divulgação, ou seja, no primeiro o respondente ficou sabendo do e-Democracia por meio da propaganda em sites diversos, seja por meio de notícias ou por redes sociais. Já a opção “pesquisa na internet” pode ser compreendida como uma pesquisa, feita pelo próprio participante, sobre o assunto em sites de busca. Todos esses principais resultados demonstram que os participantes buscam e tem interesses em ferramentas participativas; além disso, acompanham o site da Câmara dos Deputados, ou seja, já possuem interesse no assunto (LIMA, 2013).

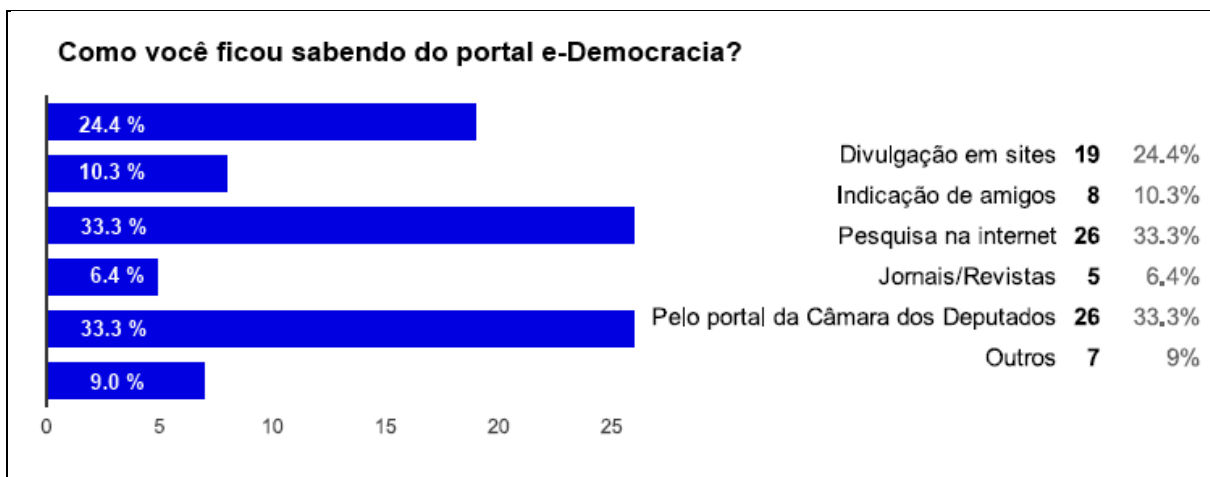


Figura 10 - Resultado divulgação do portal e-Democracia

Outra questão tratada nesse conjunto de perguntas foi sobre o tempo que os participantes conhecem o portal. Assim, verificou-se que 26 respondentes (33,3%) afirmaram conhecer o portal e-Democracia entre 2013 e 2014. Diante dos resultados, na figura 11, nota-se que a adesão dos participantes ao portal foi realmente efetiva nos últimos 3 anos, apesar de a iniciativa já existir há 6 anos.

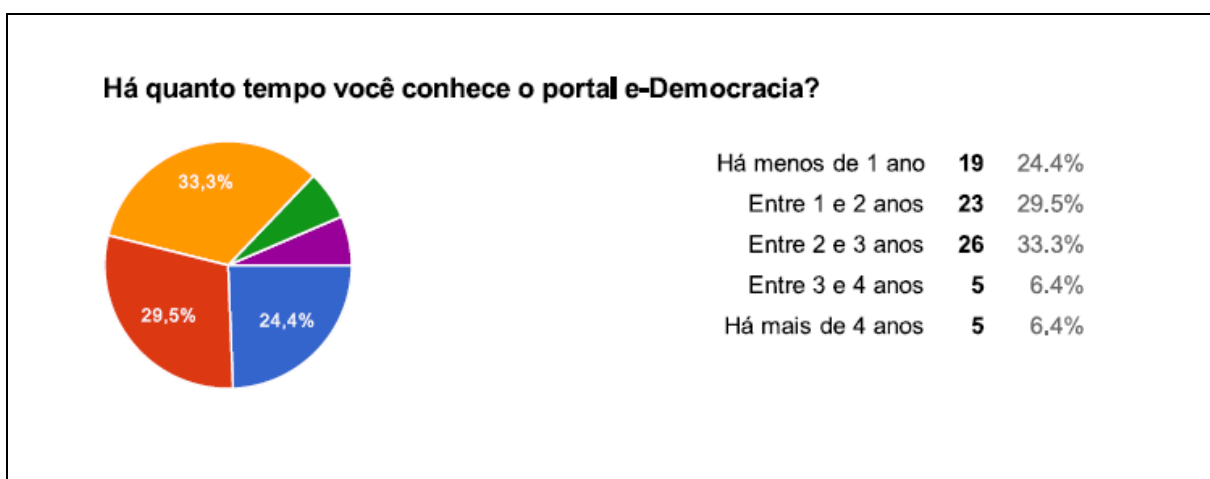


Figura 11 - Resultado de há quanto tempo o respondente conhece o portal

No quarto conjunto de perguntas, que visou analisar o nível de influência dos eventos marcantes para o país relacionados à participação, foram feitas perguntas relacionadas aos principais acontecimentos políticos que marcaram o país durante o período que as Comunidades estavam em funcionamento.

Dessa forma, a primeira pergunta indaga aos participantes da Comunidade de 2015 se houve influência das eleições em suas participações, ou seja, se o fato de as eleições estarem próximas motivou a participação deles na comunidade do e-Democracia. Esse questionamento procurou analisar se problemas e insatisfações, ocorridos e observados na prática, antes da última eleição de 2014, foram significativos para que procurassem o canal de participação e contribuíssem com sugestões ao projeto de lei que trata da Reforma Política.

Afinal, o projeto de Lei sobre a Reforma Política propõe mudanças para que o brasileiro se sinta mais representado. Dentre as propostas estão instituir o financiamento público para as campanhas majoritárias¹⁷; restringir o acesso a fundo partidário e ao horário gratuito de rádio e TV¹⁸; acabar com a reeleição do presidente da República, dos governadores e prefeitos; pôr fim ao voto obrigatório; mudar as regras das coligações eleitorais para a eleição de deputados federais¹⁹; mudar os mecanismos de financiamento de partidos e de candidaturas, no sistema de votação e na prestação de contas de campanhas eleitorais²⁰.

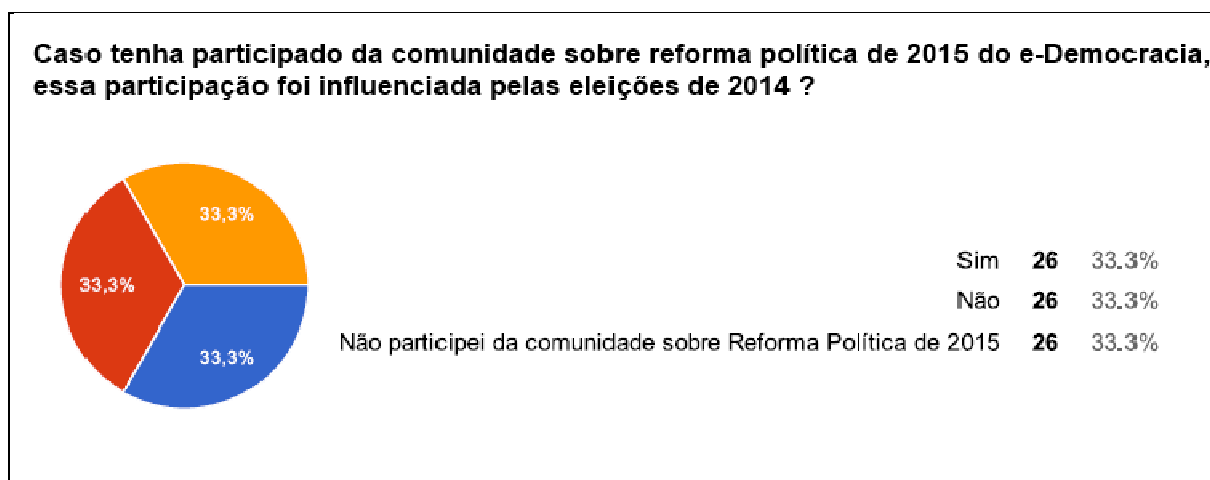


Figura 12 – Resultado sobre a influência das eleições de 2014

¹⁷ Projeto de Lei 1538/07, do deputado Alexandre Silveira (PPS-MG). Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/116371.html> Acessado em: 22/11/2015.

¹⁸ Proposta de Emenda à Constituição 344/13, do deputado Mendonça Filho (DEM-PE). Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/POLITICA/459731-PEC-RESTRINGE-ACESSO-A-FUNDO-PARTIDARIO-E-A-HORARIO-GRATUITO-DE-RADIO-E-TV.html> Acessado em: 22/11/2015.

¹⁹ Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 352/13. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/POLITICA/458018-PEC-DA-REFORMA-POLITICA-ACABA-COM-A-REELEICAO-E-MUDA-COLIGACOES.html> Acessado em: 22/11/2015.

²⁰ Projeto de Lei (PL) 6316/13. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/POLITICA/476879-PROJETO-DE-REFORMA-POLITICA-REUNE-PROPOSTAS-DE-44-ENTIDADES-DA-SOCIEDADE-CIVIL.html> Acessado em: 22/11/2015.

Os resultados apresentados na Figura 13 foram inconclusivos, pois 26 (33,3%) participantes afirmaram terem sido influenciados pelas eleições de 2014 a participar da Comunidade sobre a Reforma Política; entretanto, o mesmo número de participantes (26 – 33,3%) também afirmou que sua participação não foi influenciada pelo evento político.

Outro evento político que também pode ter influenciado os participantes a debaterem o tema sobre a Reforma Política foram as manifestações que ocorreram em junho de 2013. Este evento contou com a mobilização nacional em torno de insatisfações sobre temas como os gastos públicos, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral.

De acordo com os resultados da Figura 14, 32,1% dos participantes afirmaram que sua participação no portal não foi influenciada pelas manifestações; entretanto, 26,9% dos participantes foram influenciados pelos protestos de 2013. Mais uma vez, os resultados não permitem a inferência de afirmações ou conclusões a respeito de uma possível influência desses fatos políticos sobre a participação política digital nessas comunidades específicas.

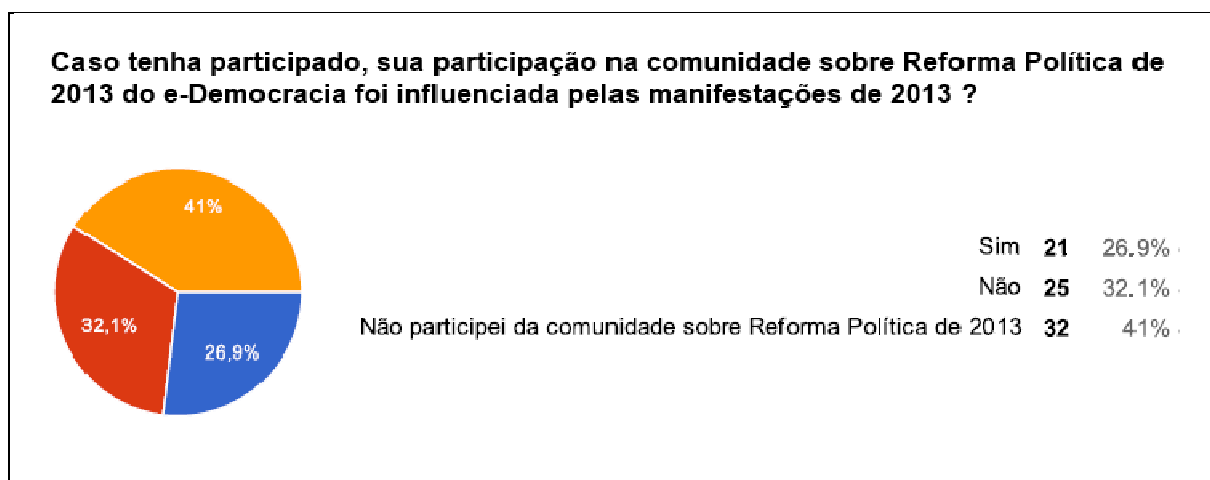


Figura 13 – Resultado sobre a influência das manifestações de 2013

O que podemos interpretar com esses dados é que o processo político obrigatório e as manifestações nacionais geraram reações em um grupo de participantes e o canal de participação social digital analisado permitiu que – ao menos uma parcela dos cidadãos – registrassem suas considerações e seus anseios a respeito do tema que está diretamente relacionado à Reforma Política. Neste caso, o portal e-Democracia pode ser considerado um mecanismo facilitador de participação entre parlamentares e cidadãos.

Além disso, pode-se identificar que um grupo de participantes procurou o portal diante de acontecimentos específicos no país, possuindo assim um perfil de participação política mais esporádica, com forte influência externa, podendo ser um grupo que diante da mobilização popular – ou quando o tema está sendo mais aparente na mídia, ou até mesmo quando mais pessoas estão debatendo sobre o assunto – esses participantes se sentem encorajados a participar e procurar canais que permitam uma mudança política. Outro grupo seria composto por pessoas que já têm interesse em contribuir com os assuntos, um perfil mais ativo de participação e, assim, procuram o canal por acreditarem que suas contribuições de fato podem ser efetivadas e levadas em consideração.

Em complemento a isso, observou-se que 46,2% dos participantes consideram sua participação como ocasional, ou seja, participam do e-Democracia, mas não muito frequentemente (não toda semana).

Outro dado interessante é que, das 78 respostas, 10 respondentes afirmaram que sua participação é frequente, ou seja, participam pelo menos uma vez na semana. Apesar de esse dado ser minoritário (12,8%), ainda é significativo, pois demonstra a importância e a credibilidade do portal para esse grupo de participantes. Além disso, essas participações constantes são imprescindíveis para o debate, pois estimula a discussão do tema e permite o surgimento de ideias inovadoras, gerando uma maior atenção acerca do assunto.

Quanto aos motivos de se participar do debate sobre a Reforma Política, houve um predomínio de respostas (91%) que afirmaram participar motivados pelo interesse pessoal em participar das discussões importantes para o país.

4.1. Importância da participação política segundo os cidadãos

Outro conjunto de perguntas procurou aprofundar a percepção do cidadão quanto a sua participação. Por isso foi questionado aos participantes se ele considerava importante a sua contribuição para o avanço e consolidação da Reforma Política no Brasil.

De acordo com a Figura 15, a grande maioria (57,7%) afirmou que consideravam, sim, importantes as suas contribuições na ferramenta e-Democracia para a Reforma Política. Entretanto, 42,3% dos participantes não percebem que suas contribuições no e-Democracia tenham sido importantes para o avanço do projeto de Lei sobre a Reforma Política. À vista disso, com o intuito de obter opiniões mais aprofundadas dos participantes, estes foram solicitados a responder por meio de pergunta aberta o porquê de suas respostas.

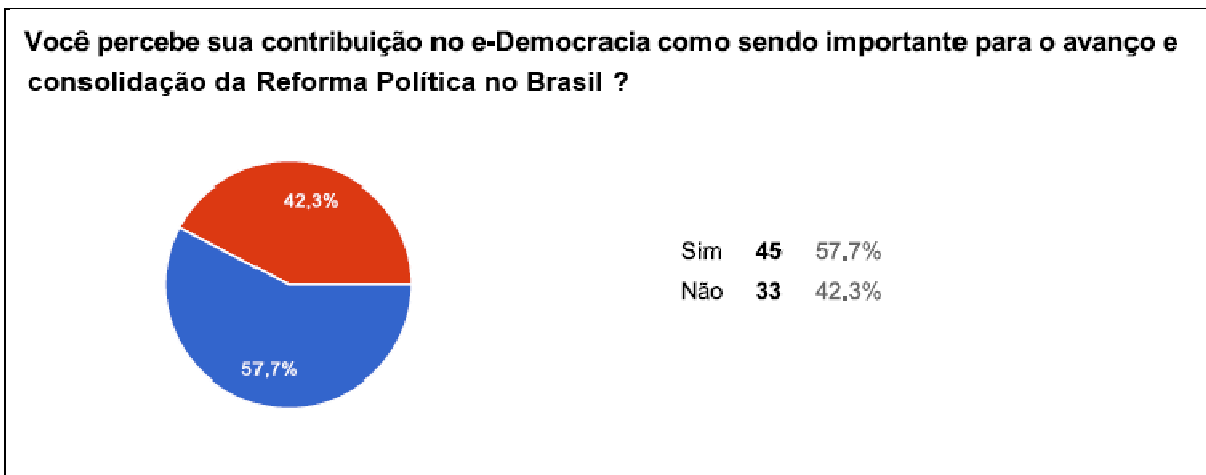


Figura 14 - Respostas sobre a importância das contribuições para a Reforma Política

Para interpretar as respostas foi utilizada a metodologia de Bardin (2009) para análise de conteúdo, que trata de:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

Dessa maneira, a partir das respostas abertas sobre a opinião dos participantes sobre a importância das suas contribuições no e-Democracia para a Reforma Política, foram encontradas as seguintes categorias de análise: canal participativo; canal facilitador; canal democrático; canal não efetivo para participação política; crise de representatividade e desinteresse por parte dos políticos.

As respostas que afirmaram a categoria “canal participativo” consideram a Comunidade sobre a Reforma Política um exercício importante de participação social. Alguns exemplos de respostas que revelam essa categoria são:

1. “A participação continuada do cidadão nas decisões políticas é de extrema importância. Portanto, apesar de ainda ser tímida o poder de influência do e-Democracia, já é algo a mais para se utilizar como canal de comunicação²¹”;
2. “A participação da sociedade é imprescindível para a consolidação da democracia no país²²”;

²¹ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

²² Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

3. “Sou cidadão e minha opinião é muito importante para o futuro do meu país²³”.

Assim, as demais respostas, que informaram a participação cidadã como motivos significativos para a sua contribuição no e-Democracia, foram classificadas igualmente à anterior.

Já na categoria analítica “canal facilitador de comunicação” foram classificadas as respostas que consideram a Comunidade sobre a Reforma Política um importante canal de auxílio na comunicação entre o cidadãos e parlamentares. Como por exemplo, a resposta: “Pude divulgar a ideia da reforma²⁴”.

Além disso, observa-se, como justificativa à contribuição, a simplicidade e oportunidade obtidas através da ferramenta do e-Democracia. Algumas outras respostas também identificadas nessa categoria afirmaram que suas colaborações são um exercício de cidadania, além de outras que demonstraram acreditar na utilidade de suas sugestões.

Para a categoria “canal democrático” foram identificadas colaborações que justificavam importante o ato democrático da Comunidade sobre Reforma Política, tendo como exemplo a resposta: “por entender ser este espaço democrático²⁵” .

Em “canal não efetivo para participação política” foram classificadas todas as respostas dos participantes que se mostraram insatisfeitos com o e-Democracia. Em geral a maioria dessas respostas afirmou que as colaborações não foram levadas em conta na elaboração do projeto de Lei sobre a Reforma Política. Uma resposta que exemplifica essa ideia foi: “Canal com o Congresso não funcionou, poucas mudanças foram realizadas²⁶”.

As respostas que afirmaram uma Crise da Representatividade, em sua maioria, apresentavam relatos de desconfiança e insatisfação com os deputados federais, indicando uma possível perda de legitimidade política, além de uma possível apatia política. Um exemplo dessa insatisfação pode ser encontrado na afirmação:

Porque os deputados ignoram a participação popular. O próprio presidente da câmara chegou a sugerir que a limitação popular quando disse que a reforma política deveria ser conduzida por deputados e senadores, já que eles são os legítimos representantes do povo. Este argumento foi utilizado para exterminar a possibilidade

²³ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

²⁴ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

²⁵ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

²⁶ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

de um referendo popular para a aprovação da reforma política. Na minha opinião, o e-democracia é uma farsa²⁷.

Já a categoria ‘desinteresse por parte dos políticos’ foi encontrada em respostas que relataram um desprezo por parte dos representantes eleitos pela sociedade. Além disso, muitos afirmaram haver uma indiferença às sugestões propostas por eles. Como, por exemplo, o relato a seguir:

Porque os deputados federais e senadores não se interessam pela opinião dos participantes, mesmo que se faça abaixo-assinados ou mesmo o debate através do e-democracia parece não influenciá-los. A meu ver eles estão mais preocupados com os próprios interesses do que com os interesses da população²⁸.

Outro exemplo que demonstra a ideia de descaso e desinteresse dos parlamentares afirma que “Os políticos não se importam com os resultados dos fóruns. Eles decidem de acordo com o interesse deles mesmos, de seus partidos e a partir de troca de favores²⁹”.

Assim, para compreender melhor as respostas apresentadas, a Figura 16 demonstra o resultado dessa análise de conteúdo.

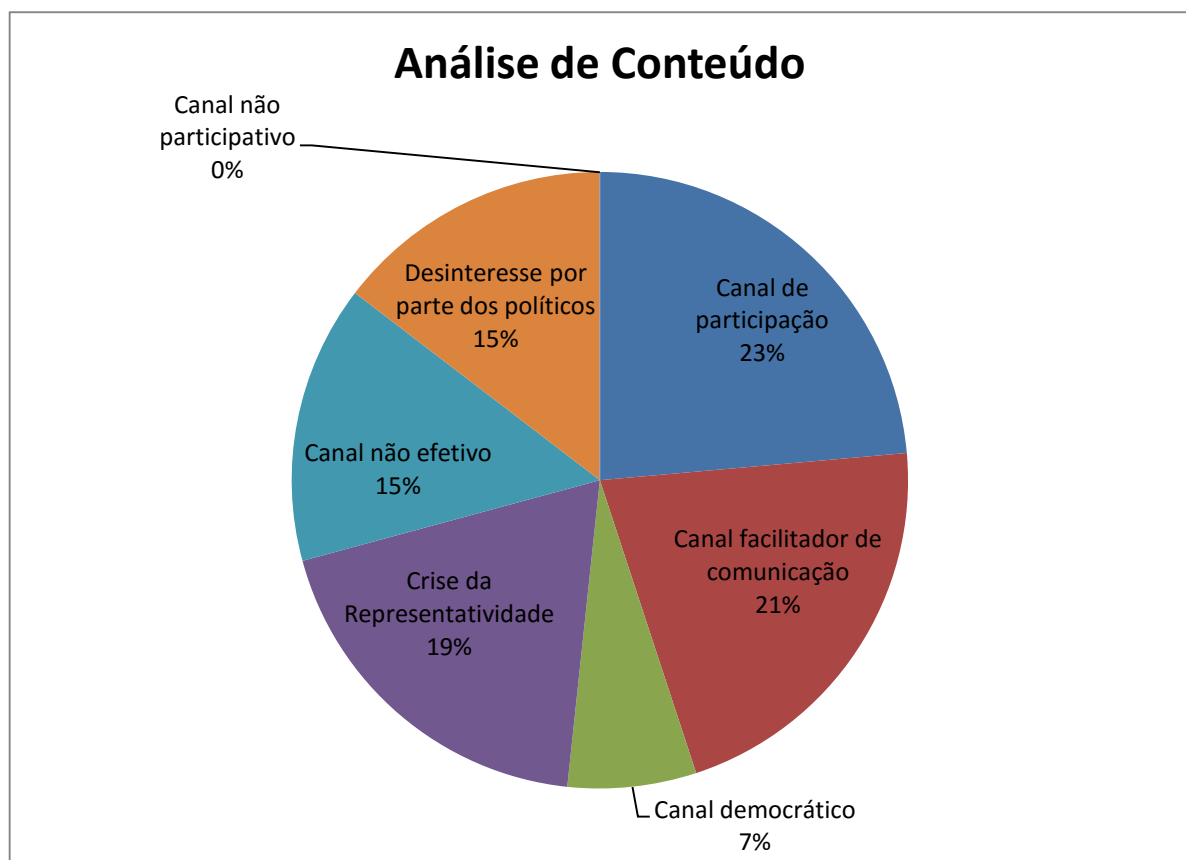


Figura 15 - Resultado da Análise de Conteúdo

²⁷ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

²⁸ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

²⁹ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

Diante da Figura 16, analisa-se que do total dos respondentes, 51% reconhece o portal como uma ferramenta digital efetiva para o debate e a construção de leis. Dentre eles, alguns respondentes (22%) consideraram suas contribuições importantes para a Reforma Política devido à possibilidade dada pela ferramenta onde puderam, facilmente, dar sugestões. Assim, os colaboradores que opinaram positivamente sobre o portal, enquadram-se nas seguintes categorias: Canal democrático; canal facilitador de comunicação e canal de participação.

Outro dado interessante é que os 49% dos respondentes demonstraram considerar o portal e-Democracia como uma ferramenta não efetiva, pois em sua maioria afirmam que as colaborações não foram realmente utilizadas na elaboração da proposta de Lei sobre a Reforma Política. Algumas delas expressam claramente a insatisfação com os resultados até então obtidos por meio da iniciativa. Dentre elas estão às categorias, crise da representatividade; canal não efetivo e desinteresse por parte dos políticos.

Uma segunda pergunta foi feita para aprofundar a percepção do cidadão quanto a sua participação no e-Democracia no qual procurou investigar se, na opinião dos participantes, o e-Democracia facilitava o processo de participação dos cidadãos. O resultado foi positivo; cerca de 70% dos participantes afirmaram que sim.

Além disso, com o intuito de analisar as opiniões dos participantes foi deixado um espaço aberto para que os respondentes justificassem suas respostas à questão. Assim, novamente foram classificadas as respostas de acordo com as categorias de análise, que gerou novos resultados. Estes são apresentados a seguir, na Figura 17.

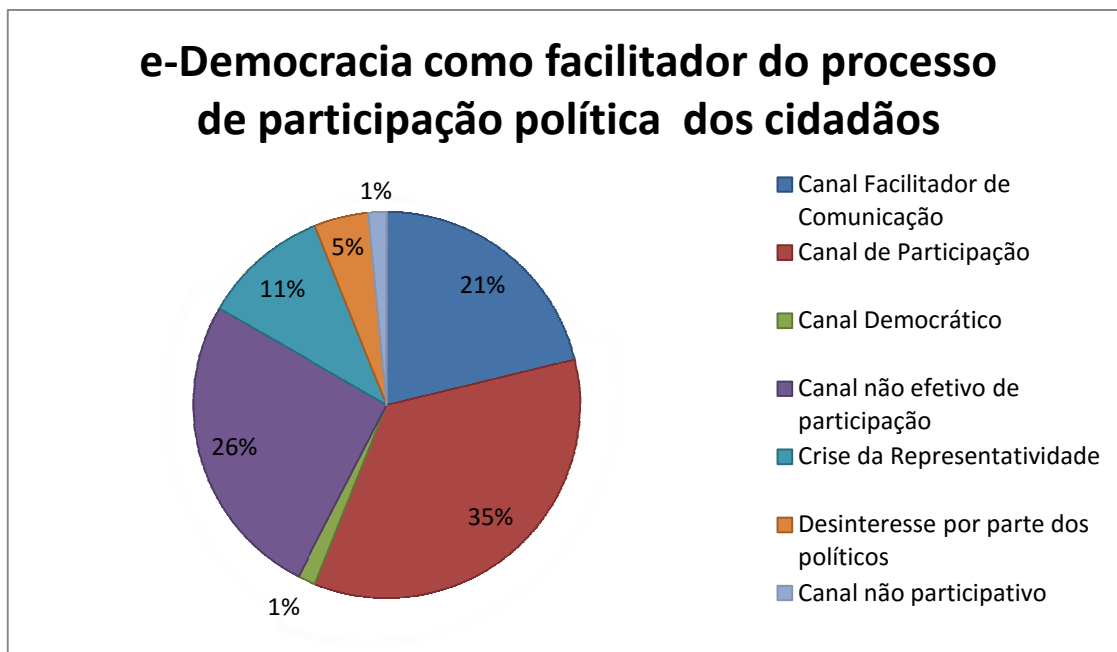


Figura 16 - Resultado da análise de conteúdo

Para essa pergunta, observou-se que 35% dos respondentes realmente consideraram o canal participativo, tendo em vista, por exemplo, os relatos a seguir: “Porque dá voz às pessoas interessadas em debater política e também direciona as discussões dando a elas um certo foco³⁰”; “Porque incentiva os que estão dispersos a se unirem em prol do bem comum³¹”; “Porque é um mecanismo que os cidadãos podem contribuir com argumentos para deliberação³²”.

Portanto, verifica-se que muitos consideram o e-Democracia uma ferramenta que contribui para o debate de assuntos relevantes para o país de forma significativa; ou seja, são “práticas cidadãs que, progressivamente, estruturam e implementam, na realidade, o modelo de democracia participativa voltado à participação efetiva nos processos políticos do país” (FREITAS *et al.*, 2015, p. 652).

Respostas que demonstram que o e-Democracia é um canal facilitador de comunicação totalizaram 21%, conforme ilustrado na Figura 17. Como exemplo, tem-se a seguinte resposta: “dá oportunidade aos cidadãos de expor e opinar em assuntos de interesse

³⁰ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

³¹ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

³² Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

social³³”. Por isso, verifica-se que esta ferramenta digital abre oportunidades a sociedade em expor diretamente seus interesses e opiniões, além disso, permite uma maior comunicação entre os representantes e os seus representados.

É importante destacar que um dos motivos do e-Democracia ser considerado um canal facilitador de comunicação por muitos respondentes, esta no fato deste ser uma iniciativa virtual e governamental de participação. Afinal, com o advento da Internet, verificou-se a abertura de novas oportunidades democráticas ao cidadão.

Dos respondentes que assinalaram não achar que o e-Democracia facilita o processo de participação política dos cidadãos, justificaram suas respostas afirmando uma crise de representatividade (11%); o fato de não ser um canal efetivo (26%); o desinteresse por parte dos políticos (5%) e apenas um respondente (1%) confirmou que o portal é um canal não participativo.

Uma das respostas que manifesta a ideia da crise de representatividade é a seguinte: “Porque todos podem opinar, embora os deputados e senadores ignorem a vontade popular. O e-Democracia é uma farsa³⁴”. Um dos motivos para essa desconfiança dos cidadãos em relação às instituições públicas pode ser a corrupção e a maneira como é compreendida pela sociedade (COSTA, 2015). Por isso, essas suspeitas comprometem a aproximação dos representantes e seus representados, além de gerar desconfianças dos canais participativos criados por instituições governamentais (FREITAS *et al.*,2015). Por exemplo, nessas perguntas realizadas com o intuito de investigar a opinião dos cidadãos quanto a sua participação, verificou-se que 5 respostas afirmam que o e-Democracia é uma farsa ou um canal completamente inútil.

Outra questão importante a ser destacada é que algumas das considerações negativas apresentadas pelos respondentes traduzem uma insatisfação com o contexto político em geral e não especificamente com o e-Democracia.

Quanto à categoria ‘desinteresse por parte dos políticos’, observou-se o seguinte depoimento: “Por mais que o povo tente se expressar, no final das contas o que irá mandar é o interesse pessoal dos atuais eleitos, que só olham para o próprio umbigo³⁵”.

³³ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

³⁴ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

³⁵ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

E, por último, os respondentes, que consideraram o e-Democracia como um ‘canal não efetivo’ de participação, declararam: “porque não fiquei sabendo de nenhuma medida que tenha se baseado neste portal³⁶”; “Porque muito pouco ou nada realmente foi levado a sério pelos representantes³⁷”.

Assim, diante desses depoimentos negativos, observa-se uma descrença política por parte de alguns cidadãos. Costa (2015, p.5) constata que:

é possível perceber que há vários fatores críticos que afetam a percepção dos cidadãos sobre o funcionamento e a legitimidade do sistema político vigente. Primeiramente, o cidadão se vê em um cenário onde as condições sociais nem sempre favorecem o seu desenvolvimento dentro da sociedade, que por sua vez, acaba por excluir e marginalizar muitos indivíduos dentro desse quadro de desigualdade. Em segundo lugar, os cidadãos não se veem representados dentro desse sistema onde as instituições e atores políticos não atendem às suas demandas. Em seguida, tem-se como fator agravante o alto nível de corrupção ocorrente em diversos níveis da esfera pública. Assim, a soma desses elementos faz com que os cidadãos desenvolvam uma grande desconfiança em relação à política e sua efetividade.

Por isso, diante de todas essas informações e elementos, nota-se a necessidade de mudança na relação entre representantes e representados, além de uma maior seriedade dos parlamentares às proposições feitas no portal e-Democracia.

4.2. Avaliação do e-Democracia segundo seus participantes

Em outro conjunto de perguntas, pediu-se para que os participantes das Comunidades sobre a Reforma Política avaliassem a ferramenta e-Democracia. De acordo com a Figura 18, os resultados mostraram que 56% dos participantes consideraram que nem todos os objetivos do portal foram atendidos e ainda há muito a fazer. Já 17 respondentes (21,8%) consideraram que a ferramenta cumpre com os seus objetivos e outros 21,8% consideraram que os objetivos do e-Democracia não são alcançados.

³⁶ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

³⁷ Resposta anônima dada por respondente em questão aberta do questionário.

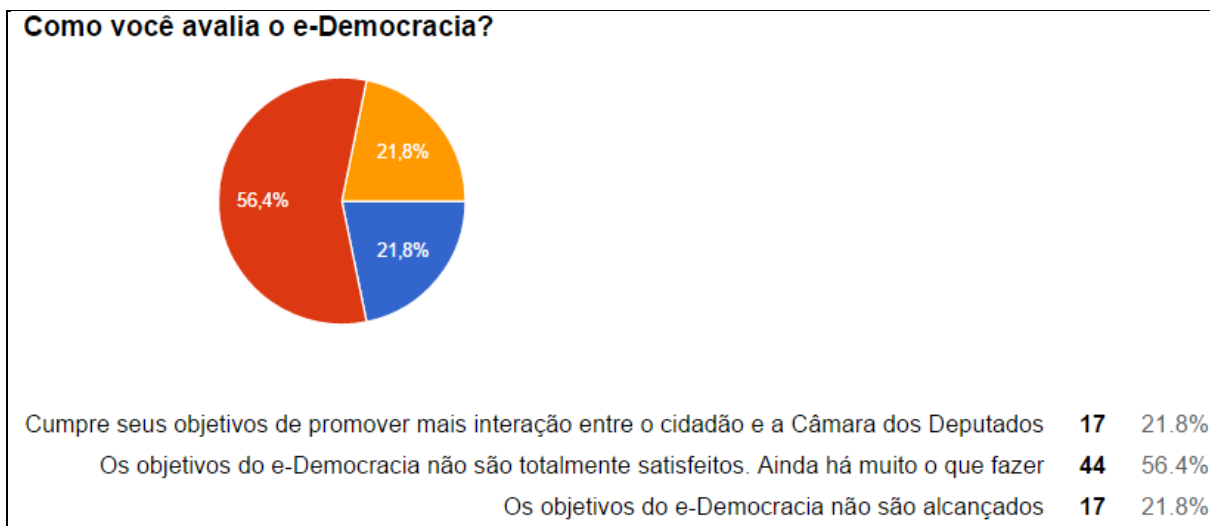


Figura 17 - Avaliação dos participantes

Por fim, na última pergunta foi deixado um espaço aberto para que os respondentes dessem sugestões para melhorar o e-Democracia e ajudá-lo a alcançar mais plenamente seus objetivos.

Algumas sugestões verificadas apontaram a necessidade de: melhoria na forma de discussão e interação do portal; criação de mecanismos legais para tornar o portal mais efetivo; criação de estratégias que obrigassem os parlamentares a discutir as contribuições feitas pelos participantes ao longo do debate; maior divulgação do canal para a sociedade e para os parlamentares; mostrar no portal os resultados atendidos pelos deputados; criação de mais mecanismos motivacionais; convidar especialistas para debater sobre os assuntos diversos junto aos participantes³⁸.

Portanto, a maioria das propostas sugere que os parlamentares participem de forma mais ativa das discussões suscitadas nas Comunidades do e-Democracia para que possam ser levadas com mais seriedade por seus representantes, atendendo efetivamente os anseios da sociedade.

Além disso, observou-se a necessidade de maior divulgação do portal. Muitos dos respondentes enfatizaram a importância da divulgação para toda a sociedade, pois para eles o portal é um importante mecanismo de debate para todos os brasileiros. Outra necessidade

³⁸ Categorias realizadas através de respostas anônimas dada pelos respondentes em questões aberta do questionário.

observada por alguns participantes foi sobre a divulgação das demandas atendidas pelos Deputados Federais. Afinal, o e-Democracia é uma forte ferramenta participativa.

Além disso, alguns colaboradores sugeriram a criação de um aplicativo para o portal, uma maior interação via redes sociais e também melhorias na plataforma. Outros solicitaram o convite a especialistas, para que pudessem discutir os temas junto aos participantes. Ademais, sugeriram uma maior disponibilização de materiais para pesquisa sobre o assunto.

Algumas sugestões e avaliações apresentadas pelos participantes (Quadro 1):

“Convidar mais especialistas para discorrer sobre os temas debatidos, mostrando opiniões a favor e contra os assuntos que estão em debate, além de fornecer links para pesquisas.”
“Atender efetivamente os anseios do cidadão.”
“Melhor divulgação, mas o mais importante seria o aumento do interesse popular nos rumos da política nacional. Porém cada dia mais a população se mostra mais descrente.”
“Os deputados deveriam ter que responder às nossas indagações. Ademais, a opinião popular estampada aqui deveria ser compulsoriamente debatida.”
“Maior divulgação, destacando a importância, não só para a população, mas para os deputados também”.
“As sugestões populares poderiam ser mais discutidas pelos parlamentares. Como por exemplo, uma sessão específica para isso.”

Quadro 1 - Avaliação dos participantes do portal

5. CONCLUSÃO

A participação política digital representa uma forte tendência nos mundos atuais. O número de cidadãos que aderiram à forma digital para debater política está cada vez maior, consequência dos avanços tecnológico-informacionais que estão em curso desde o final do século XX. Esse novo mecanismo de participação abriu portas para o desenvolvimento da democracia participativa brasileira, como é o caso do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados que, por meio de canais de debate, permite a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão.

O presente estudo procurou analisar o processo de participação social das Comunidades sobre a Reforma Política de 2013 e 2015. Dentre os objetivos propostos estavam verificar o perfil socioeconômico dos participantes das comunidades sobre a Reforma Política, identificar o perfil político participativo dos respondentes e verificar a percepção dos participantes quanto a sua representatividade nos espaços de debate. Por isso, o estudo de caso caracterizou-se como pesquisa descritiva, no qual foram aplicados questionários *online* com os participantes das comunidades em questão.

Identificou-se na pesquisa que o perfil socioeconômico dos participantes das Comunidades sobre a Reforma Política, são de homens brancos, entre 30 a 60 anos de idade, com grau de escolaridade alto e nível de renda diversificado.

Quando comparado aos resultados de uma pesquisa sobre outra comunidade do e-Democracia, o Marco Civil da Internet, realizado por Freitas *et al.* (2015), verificou-se um perfil de participante composto por homens brancos, com alto nível de renda e de grau de escolaridade.

Por meio dessa comparação, conclui-se que, nas três comunidades pesquisas há desigualdade de representação étnico-racial e de gênero. Outra constatação é a variação do perfil de participantes de cada comunidade. No tema sobre a Reforma Política, identificou-se uma diversidade social, onde a maioria de seus integrantes compõe a classe média brasileira. Já no tema Marco Civil da Internet, evidenciou-se uma participação mais elitista da sociedade.

Outra característica relevante observada nos resultados foi o perfil político participativo dos respondentes. No presente estudo, constatou-se que um pouco mais da metade dos participantes das comunidades sobre a Reforma Política não participam de

nenhum movimento social, organização ou partido político, já na comunidade do Marco Civil da Internet esse número foi um pouco maior, mas ainda similar aos resultados da pesquisa anterior.

Além disso, nas duas temáticas foi constada a filiação de participantes em partidos políticos já formalizados. Identificou-se também em ambas as pesquisas, um possível descontentamento com a questão política, traduzidos na falta de representação por partidos políticos.

Muito embora a pesquisa tenha identificado os perfis socioeconômicos e político participativo dos participantes do e-Democracia, esses dados ainda são insuficientes para gerar análises mais conclusivas sobre os integrantes desse canal de participação política digital. Isso é devido à multiplicidade de perfis socioeconômicos nas duas pesquisas.

Por isso, se faz necessário a ampliação das análises e pesquisas sobre o tema, para que possam ser obtidas inferências significativas sobre a participação política social no canal e-Democracia.

Quanto à percepção dos participantes sobre representatividade nos espaços de debate, o estudo constatou que para muitos respondentes o portal e-Democracia é uma ferramenta digital efetiva, onde podem dar contribuições importantes para os temas debatidos, além de poderem facilmente exercer a sua cidadania e praticar o exercício de participação social.

Entretanto, também verificou participantes descontentes com a sua representatividade no espaço digital. Para alguns respondentes o canal não foi realmente efetivo nos seus objetivos, pois segundo eles, suas colaborações não foram atendidas durante a elaboração da proposta de Lei sobre a Reforma Política. Identificaram-se também relatos de desconfiança e insatisfação com os Deputados Federais, indicando uma possível perda de legitimidade política. Além disso, houve respostas que relataram um desprezo e indiferença por parte dos representantes eleitos pela sociedade.

Nota-se por meio das avaliações feitas pelos participantes da comunidade sobre a Reforma Política, uma necessidade de aperfeiçoar a relação entre representantes e representados no e-Democracia. Os participantes solicitam maior seriedade dos parlamentares às proposições feitas no espaço de debate. Além disso, muitos respondentes enfatizaram a importância da divulgação do portal a toda a sociedade, para que, possam surgir propostas cada vez mais próximas do real anseio do povo brasileiro.

Nesse sentido, é imperativo que os responsáveis pelo portal estudem práticas para melhorar o canal de debate e também solucionem as limitações identificadas no processo de comunicação com os parlamentares.

Além disso, ainda é significativo o número de excluídos digitalmente no Brasil e dentre os cidadãos com acesso à internet, ainda é baixa a sua participação ao portal e-Democracia. Por isso, não pode ser compreendido como uma ferramenta única de democracia participativa e sim um complemento participativo que facilita a relação entre representantes e representados.

Dessa forma, ainda que existam problemas com a iniciativa, Freitas *et al.* (2015) destaca que, o e-Democracia da Câmara dos Deputados, representa um importante canal de comunicação entre sociedade e esfera pública, visto que facilita o desenvolvimento da participação política digital no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marcelo. Internet e participação política: o uso da internet pelo cidadão. **Cadernos de ciências sociais aplicadas**, Bahia, n. 9, p.109-124, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/sHMaSj>> Acesso em: 19 de novembro de 2015.

BARBOSA, A.; FARIA, F.; PINTO, S. Organizando os ativos tecnológicos do governo: modelo de referência para a implantação de programas de governo eletrônico centrado no cidadão. In: CLADEA, 2005, Santiago. **Anais...** Chile: Cladea, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70 LDA, 1977.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do aparelho do Estado e a Constituição brasileira**. Brasília: ENAP, 1995.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, Layla D. Pedreira de; A concretização das desigualdades: Disparidades de raça e gênero no acesso a bens e na exclusão digital. IN: MARCONDES, *et al.* **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CHAHIN, Ali *et al.* **Governo eletrônico no mundo. E-gov.br — a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia, o governo eletrônico no Brasil e no mundo**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

COSTA, Andressa L. V. Desconfiança e Desinteresse Político no Sul do Brasil: Percepções da Juventude em Relação à Política. IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS POLÍTICAS, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/zoxqP3>> Acesso em: 14 de novembro de 2015.

CURRAN, Tom; SINGH, Ravi. E-democracy as the future face of democracy: a case study of the 2011 Irish elections. **European View**, v. 10, n. 1, p. 25-31, 2011.

DA SILVA, A. K. A.; CORREIA, A. E. G. C; DE LIMA, I. F. O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação. **Rev. Interam**. Medellín, v. 33, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/BKXhuW>> Acesso em: 06 de Julho de 2015.

DINIZ, E. H. *et al.* O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro , v. 43, n. 1, p. 23-48, 2009 . Disponível em: <<http://goo.gl/QCSLJR>> Acesso em: 19 de Maio de 2015.

FARIA, Cláudia Feres. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. **Lua Nova**, v. 49, p. 47-68, 2000.

FARIA, Cristiano Ferri Soares de. **O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?** – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

FERREIRA, G. B. Democracia deliberativa. In CORREIA, J. C., FERREIRA, G. B., DO ESPÍRITO SANTO, P. **Conceitos de comunicação política**. Covilhã, Portugal: LabCom Books, p. 55-66, 2010.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ci. Inf.**, Brasília , v. 32, n. 1, p. 36-41, 2003.

FISHKIN, J. S. **Possibilidades democráticas virtuais. Perspectivas da democracia via internet**. In: EISEMBER, J.; CEPICK, M. (Orgs.). Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 17-45, 2002.

FREITAS, Christiana Soares De. Democracia Participativa Digital no Brasil: Projetos e Realidade. IN: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES, 2., 2014, Brasília, **Anais...** Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4190> Acesso em: 28 de setembro de 2015.

FREITAS, C. S. De; *et al.*. Desafios ao desenvolvimento de um ambiente para participação política digital: o caso de uma comunidade virtual legislativa do projeto e-democracia no brasil. **Organizações & sociedade**, Salvador, v. 22, n. 75, p. 639-658, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/pNkpeX>>. Acesso em: 13 de outubro de 2015.

FRESNEDA, Paulo S. V. Transformando as organizações públicas: a tecnologia da informação como fator propulsor de mudanças. **Revista do Serviço Público**, Ano 49, n. 1, 1998.

FOUNTAIN, Jane. **Construindo um Estado virtual: tecnologia da informação e mudança institucional**. Brasília: ENAP, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.

GUEVARA, Alvaro Agudo. Etica en la Sociedad de la Informacion: reflexiones desde America Latina. In: SEMINARIO INFOETICA, Rio de Janeiro, 2000.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. O que significa democracia deliberativa. **Revista brasileira de estudos constitucionais**, Belo Horizonte: Fórum, v. 1, p. 17-78, 2007.

IPEA. *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça**, 4^a ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>> Acesso em: 11 de novembro de 2015.

JÚNIOR, R. G. *et al.* A sociedade da informação no Brasil: presente e perspectivas. **Rede Telefônica de Comunicação**. Takano editora Gráfica, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Altas, 2003.

LIMA, Fernanda Queiroz. **Participação popular em uma interface digital do Estado: estudo de caso do portal e-Democracia**. 72 f. Monografia (Graduação), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 139-170, 2007a.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Democracia deliberativa, pobreza e participação política. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 183-198, 2007b.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISEMBERG, J.; CEPICK, M. (Orgs.) **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.46-72, 2002.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado brasileiro**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. "Muro baixo, o povo pula": iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. **Opin. Publica**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 117-142, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000100005> Acesso em: 20 de outubro de 2015.

MEZZARROBA, Mariana Pessini *et al.* O portal e-democracia da Câmara dos Deputados como sistema sócio-tecnológico. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, n. 9, p. 24-43, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 18, n. 51, p. 123-140, 2003 .

MOORE, Nick. A sociedade da informação. IN: **A Informação: tendências para o novo milênio**. — Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, p. 94-108, 1999.

MOREIRA, Orlandil de Lima; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Vem prá rua: os protestos de junho. **Jornadas de junho: repercussões e leituras**, Campina Grande: Eduepb, p. 13-21, 2013.

NOGUEIRA, Octaciano da Costa. **Teoria e Prática. Sistemas Políticos e o Modelo Brasileiro**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, p. 23-65, 2007.

NORRIS, Pippa. **The Worldwide Digital Divide: Information Poverty, the Internet and Development**. 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/GIbLdC>> Acesso em: 19 de novembro de 2015.

PAUTZ, Hartwig. The Internet, Political Participation and Election Turnout: A Case Study of Germany's [www. abgeordnetenwatch.de](http://www.abgeordnetenwatch.de). **German Politics & Society**, v. 28, n. 3, p. 156-175, 2010.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINHO, J. A. G. de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 471-493, 2008.

PRADO, Otávio. **Governo Eletrônico, Reforma do Estado e Transparência: O Programa de Governo Eletrônico do Brasil**. 197 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo; Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

PRINCE, Alejandro. E-democracia y desarrollo: límites politológicos, IN: SUSANA FINQUELIEVICH. **Desarrollo local en la sociedad de la información. Municipios e internet**. Buenos Aires: La Crujía, p. 53-72, 2005.

PUJOL, A. F. T.; ROCHA, F. G.; SAMPAIO, F. S. Manifestações Populares no Brasil Atual: Sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político. IN: **XIII Coloquio Internacional de Geocrítica**. El control del espacio y los espacios de control, Barcelona, 2014.

ROVER, Aires José. O governo eletrônico e a inclusão digital: duas faces da mesma moeda chamada democracia. **Inclusão digital e governo eletrônico**. Zaragoza: Prensas Universitárias de Zaragoza, Lefis series, v. 3, p. 322, 2008.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 9, n. 25, p. 29-43, Dec. 2002.

SANTIN, A. C. A; MATOS, I. O. B. Experiências participativas e deliberativas: o debate sobre o possível fortalecimento da democracia representativa e o aumento da interação entre Estado e Sociedade Civil a partir dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO AGENDAS E AGENTES, 2013, Araraquara, **Anais...** Araraquara : UNESP, 2013.

SANTOS, José Carlos Sales. Informação, democracia digital e participação política: uma breve revisão teórico-analítica. **Em Questão**, v. 19, n. 2, p. 195-216, 2013.

SANTOS, P. L.V. A da C.; CARVALHO, A. M. G. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 19, n. 1, 2009.

SEBASTIÃO, Sônia; PACHECO, André; SANTOS, Mariana. Cidadania Digital e Participação Política: O Caso das Petições Online e do Orçamento Participativo. **Estudos em Comunicação**, n. 11, p. 31-51, 2012.

SILCOCK, Rachel. What is e-government. **Parliamentary affairs**, v. 54, n. 1, p. 88-101, 2001.

SILVA, Alzira Karla Araújo da; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; LIMA, Izabel França de. O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação. **Revista Interamericana de Bibliotecología**. Ene.-Jun. 2010, vol. 33, no. 1, p. 213-239.

SILVA, Sivaldo Pereira Da. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. **Opinião pública**, Campinas, v.11, n.2, p. 450-468, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-62762005000200007>. Acesso em: 13 de outubro de 2015.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. Novo paradigma informacional. Publicado no jornal “A Razão” em 10/12/2003. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.economia.html>> Acesso em: 22 de agosto de 2015.

SEPPIR. **A participação das mulheres negras nos espaços de poder**, 2010. Disponível em: <<http://www.portaldaiigualdade.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-aco-es-afirmativas/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder>>. Acesso em: 18 de novembro de 2015.

SOUZA, Luciana da Costa e. Democracia representativa, deliberativa ou participativa? O espaço dos conselhos neste debate. **Saber Acadêmico**, São Paulo, n 10, p. 120-131, 2010.

TELLAROLI, Taís Marina; ALBINO, João Pedro. Da sociedade da informação às novas tic's: questões sobre internet, jornalismo e comunicação de massa. Diversidade e igualdade na comunicação coletânea de textos do Fórum da Diversidade e Igualdade: cultura, educação e mídia. **Anais...** Bauru: FAAC/Unesp, 2007.

VIEIRA, M. B.; SILVA, F. C. da. Democracia deliberativa hoje: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 10, p. 151-194, 2013.

APÊNDICE

Apêndice A- Questionário utilizado na pesquisa.

Questionário sobre Reforma Política no e-Democracia

Esta pesquisa tem como objetivo entender o processo de participação popular no portal e-Democracia com base nas participações ocorridas nas comunidades legislativas sobre a Reforma Política. Sua participação ajuda a melhorar a iniciativa feita pra você!

***Obrigatório**

Sexo *

- Feminino
- Masculino

Idade *

- Até 15 anos
- 16 a 29 anos
- 30 a 60 anos
- Mais de 60 anos

Estado Civil *

- Solteiro(a)
- Casado(a) / mora com um(a) companheiro (a)
- Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a)
- Viúvo(a)

Qual sua renda bruta mensal? *

- Nenhuma renda
- Até 2 salários mínimos (R\$ 1.576,00)
- De 2 (R\$ 1.576,00) a 4 salários mínimos (R\$ 3.152,00)
- De 4 (R\$ 3.152,00) a 10 salários mínimos (R\$ 7.880,00)
- De 10 (R\$ 7.880,00) a 20 salários mínimos (R\$ 15.760,00)
- Mais de 20 salários mínimos (R\$ 15.760,00)

Grau de escolaridade *

- Sem escolaridade formal
- Ensino fundamental incompleto (antigo 1º Grau/primário)
- Ensino fundamental completo (antigo 1º Grau/ginásio)
- Ensino médio incompleto (antigo 2º grau)
- Ensino médio completo (antigo 2º grau)
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

Raça/ Cor/ Etnia *

- Branco (a)
- Pardo (a)
- Preto (a)
- Amarelo (a)
- Indígena

É portador de necessidades especiais ? *

- Sim
- Não

Nacionalidade *

Caso seja estrangeiro marque "outro" e informe de qual país.

- Brasileiro Nato
- Brasileiro Naturalizado
- Outro:

Natural de qual cidade? ***Em qual cidade reside? *****Qual sua profissão? *****Em qual organização você trabalha? *****Qual cargo você ocupa na organização? *****Trabalha há quanto tempo na organização atual? ***

- Menos de 1 ano
- Entre 1 e 5 anos
- Entre 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

Participa de algum movimento social/ organização/ partido político? *

- Sim
- Não

Caso participe, de quais movimentos sociais, organizações e/ou partidos políticos você participa?

Como você ficou sabendo do portal e-Democracia? *

É possível escolher mais de uma opção

- Divulgação em sites
- Indicação de amigos
- Pesquisa na internet
- Jornais/Revistas
- Pelo portal da Câmara dos Deputados
- Outro:

Há quanto tempo você conhece o portal e-Democracia? *

- Há menos de 1 ano
- Entre 1 e 2 anos
- Entre 2 e 3 anos
- Entre 3 e 4 anos
- Há mais de 4 anos

Caso tenha participado da comunidade sobre Reforma Política de 2015 do e-Democracia, essa participação foi influenciada pelas eleições de 2014? *

- Sim
- Não
- Não participei da comunidade sobre Reforma Política de 2015

Você participou da comunidade sobre Reforma Política em 2013? *

- Sim
- Não

Caso tenha participado, sua participação na comunidade sobre Reforma Política de 2013 do e-Democracia foi influenciada pelas manifestações de 2013? *

- Sim
- Não
- Não participei da comunidade sobre Reforma Política de 2013

Você considera sua participação nas comunidades e outras ferramentas do e-Democracia como: *

- Rara (sem muita regularidade)
- Ocasional (participo, mas não toda semana)
- Frequente (participo ao menos uma vez por semana)

O que te motivou a participar do debate sobre a Reforma Política no portal e-Democracia? *

Mais de uma opção pode ser assinalada

- Interesse pessoal em participar das discussões importantes para o país
- Tive que participar representando a organização a qual pertencço
- Outro:

Você percebe sua contribuição no e-Democracia como sendo importante para o avanço e consolidação da Reforma Política no Brasil? *

- Sim
- Não

Por que?

Acha que o e-Democracia facilita o processo de participação política dos cidadãos? *

- Sim
- Não

Por que?

Como você avalia o e-Democracia? *

- Cumpre seus objetivos de promover mais interação entre o cidadão e a Câmara dos Deputados
- Os objetivos do e-Democracia não são totalmente satisfeitos. Ainda há muito o que fazer
- Os objetivos do e-Democracia não são alcançados

Você teria sugestões para melhorar o e-Democracia e ajuda-lo a alcançar mais plenamente seu objetivo de gerar a participação dos cidadãos?

Você considera a política de Dados Abertos do governo como sendo: *

- Muito importante para o país
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço a política/a ideia

Você considera a política de Código Aberto (fomento ao Software Livre, etc) como sendo: *

- Muito importante para o país
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância
- Não conheço a política/a ideia